

The background is a dark, textured illustration. It depicts a building with a purple interior and a group of three people walking on a path. The style is reminiscent of a charcoal or pastel drawing. The building has a prominent white horizontal band across its middle. The path leads towards the building, and there are some trees or bushes in the foreground. The overall mood is somber and historical.

BOLETIM
DO
ARQUIVO
HISTÓRICO
DE JOINVILLE

Vol. XVI, n. 22,
outubro, novembro, dezembro,
2022.

ISSN 14133434

SUMÁRIO



- 3 Editorial – Um novo tempo – Giane Maria de Souza
- 4 Arquivo Histórico de Joinville – Algumas Histórias – Memórias e reflexões – Raquel S. Thiago
- 9 Pesquisadores e o AHJ – Os Enxaiméis, a Etnicidade e a Identidade Cultural – Afonso Imhof
- 26 A canhoneira Panther visita Joinville – Patrik Roger Pinheiro
- 31 História Institucional – Quem são os vigilantes do AHJ? – Giane Maria de Souza
- 34 Trabalhos técnicos desenvolvidos no AHJ
- 35 Difusão Cultural – Relato de visita – Amanda Dognini Damasceno
- 37 Educação Patrimonial
- 40 O AHJ e os artistas – Asta dos Reis
- 42 Atendimentos do AHJ
- 43 Gestão documental
- 45 Difusão científica do AHJ
- 49 Teses e Dissertações de pesquisadores do AHJ – Leituras matutinas: modernidade, utopias e heterotopias na Imprensa joinvilense (1951-1980) – Clóvis Gruner
- 52 Pesquisa em Evidência – A Ocupação nos jornais: o controle operário na Cipla/Interfibra e a repercussão na mídia joinvilense – 1996 a 2007 – Francisco L. de Aviz Neto
- 55 Memória do Boletim – Elly Herkenhoff
- 60 O Arquivo e a Cidade – Uma comunidade quilombola em Joinville – Giane Maria de Souza
- 62 Por dentro do acervo
- 63 Aconteceu na cidade
- 64 Expediente

Editorial

Um novo tempo

Giane Maria de Souza [1]

Na seção “Arquivo Histórico de Joinville – Algumas Histórias”, apresentamos uma homenagem à professora e ex-diretora do AHJ Raquel S. Thiago, falecida no dia 15/10/2022. Oferecemos ao leitor um texto escrito pela historiadora contando suas lembranças na gestão da instituição e sua amizade com Adolfo Bernardo Schneider. O Boletim publica fragmentos da biografia e um depoimento familiar para fecharmos nossa homenagem. Na seção “Pesquisadores e o AHJ” publicamos um artigo do ex-diretor do AHJ e professor da Univille Afonso Imhof “Os Enxaiméis, a Etnicidade e a Identidade Cultural”, para compreendermos as apropriações históricas da técnica construtiva por diferentes povos e conjunturas políticas, sobretudo o nazismo. Ainda nesta seção, o historiador da Câmara de Vereadores de Joinville, Patrik Roger Pinheiro nos apresenta uma curiosa pesquisa sobre “A canhoneira Panther visita Joinville” e como os jornais noticiaram o acontecimento. Na seção “História Institucional” apresentamos os nossos colegas terceirizados, os vigilantes do AHJ. Na seção “Trabalhos técnicos desenvolvidos no AHJ”, publicamos as doações, atendimentos, visitas técnicas, educação patrimonial, difusão cultural, apresentação e publicação de trabalhos em congressos científicos, entre outros. Na seção “Teses e Dissertações de pesquisadores do AHJ” publicamos a dissertação do professor Clóvis Gruner “Modernidade, utopias e heterotopias na Imprensa Joinvilense (1951-1980)”, trabalho que contribui para compreendermos o discurso de modernidade que se estruturou em Joinville no século XX.

Ainda nesta seção, apresentamos o projeto “Pesquisa em Evidência” e o trabalho do mestrando Francisco L. de Aviz Neto “A Ocupação nos jornais: o controle operário na Cipla/Interfibra e a repercussão na mídia joinvilense - 1996 a 2007” que possibilita novas reflexões sobre o mundo do trabalho e dos trabalhadores em Joinville. Na seção “Memória do Boletim”, um texto de Elly Herkenhoff, publicado em junho de 1984, “A Imperial Estrada Dona Francisca” no qual a autora analisa o percurso histórico das construções ideológicas registradas em jornais da época pela Companhia Colonizadora. Na seção “O Arquivo e a Cidade” recebemos o representante da comunidade quilombola do Cubatão, Olívio Cristino que contou histórias e curiosidades sobre sua vida. Na seção “Por dentro do acervo” publicamos um cartão de natal recebido pelo AHJ enviado pelo Arquivo Histórico de Balneário Camboriú. Para finalizar a edição de número 22 de 2022, O Boletim do AHJ, na seção “Aconteceu na cidade” apresentamos a matéria do Jornal A notícia, de 26/2 a 3/3/1980 sobre a parteira e benzedeira Leopoldina Cristina Frutuoso, uma mestre da cultura popular que fez mais de dois mil partos em Joinville em meados do século XX. Enfim, 2022 terminou e as esperanças foram renovadas. O AHJ segue em sua missão, conforme seu regimento interno, Portaria 099/2015 de: “XII - realizar programas e projetos de ação educativa e cultural, com o objetivo de divulgar e preservar o patrimônio documental sobre a história do município; XIII - planejar, coordenar e realizar pesquisas históricas, visando apoio às atividades técnicas do órgão e à divulgação do acervo por meio de publicações, exposições e eventos culturais.” Esperamos que o ano de 2023 seja um novo tempo.

[1] Doutora em História pela UFSC, especialista cultural e educadora no AHJ

Arquivo Histórico de Joinville – Algumas Histórias



Fonte: Acervo pessoal

O Boletim do AHJ faz uma homenagem póstuma à professora Raquel S. Thiago, nossa ex-diretora, que faleceu no dia 15 de outubro de 2022.

Memórias e reflexões

Raquel S. Thiago [1]

Escrevi “Passeando pela História” em comemoração ao Aniversário de Joinville, porém o fiz evocando a figura extraordinária de Adolfo Bernardo Schneider. Legítimo representante do joinvilense descendente de primeira geração de imigrantes alemães, um perfeito teuto-brasileiro que amou Joinville tanto quanto amou a história, o meio ambiente, o Deutschtum, a Alemanha, o Brasil e acima de tudo Joinville.

Esteve presente como membro ativo na fundação do Museu de Sambaqui de Joinville, do Arquivo Histórico, do Museu Colonial de Imigração e Colonização, da Biblioteca Pública Rolf Colin, da Casa da Memória e da Academia Joinvilense de Letras. Enfim, em tudo o que dizia respeito ao desenvolvimento cultural, meio ambiente e memória histórica da cidade, lá estava Adolfo Bernardo Schneider.

Enquanto ninguém falava em memória histórica, Schneider colecionava documentos. Quando o meio ambiente era ainda explorado sem limites, ele já se pronunciava com veemência aos perigos dessa prática para a sobrevivência do planeta. Não raro fazia publicando artigos no "A Notícia" quando, após expor sua indignação, falava da relação do ser humano com seu meio, sempre usando como suporte as então exóticas teorias dos ambientalistas, quando não expunha as suas. Foi, Adolfo Bernardo Schneider, uma das primeiras vozes a clamar pelo Rio Cachoeira, isso num tempo em que as fábricas têxteis de Joinville livremente pintavam suas águas de verde, azul ou roxo com a maior naturalidade.

[1] Historiadora, ex-diretora do Arquivo Histórico de Joinville

"Foi imenso o prazer que senti ao ler o primeiro volume das suas memórias, numa tarde chuvosa e fria de sábado. É preciso realmente ter um espírito jovial e novidadeiro para escrevê-las, tal como escreveu 'seu' Schneider.

O traço mais marcante deste "menino de dez anos" e que me encantava era a maneira com que resolvia a coexistência de sua forte germanidade com a não menos sólida brasilidade. Ricas memórias de fatos, de humor, de teuto-brasileirismo, de cidadania. Quando, em 1986, sem nenhum item germânico em minha certidão de nascimento fui nomeada diretora do Arquivo Histórico de Joinville e, para complicar, a primeira diretora na bela edificação do prédio novo, foi-lhe difícil disfarçar sua decepção. Certamente ele se perguntava:

"Como pode uma cabocla que nem fala o alemão dirigir o Arquivo Histórico de Joinville?" Então ele ia ao Arquivo e quase diariamente me entregava uma carta contendo "lições" de como lidar com os valiosos documentos que não raras vezes ele os tinha adquirido com dinheiro do seu próprio bolso. Eu recebia aquelas instruções não sem um tanto de humor condescendente, início de uma relação de grande respeito mútuo.

Em 1978, quando frequentamos um curso de história oral, meu grupo entrevistou-o durante nada menos que seis horas seguidas, lembro bem, numa das salas da então Furj. O que mais me chamou

a atenção em seu relato não foram os fatos em si, mas a maneira como ele os encarava. Ao contrário do que aparentava, Schneider era um romântico.

A narrativa sobre passeios no lago de Hamburgo com sua então namorada, depois esposa, era plena de beleza e poesia. Nessa ocasião manifestou essa faceta até então oculta para mim. A singularidade que então demonstrava completava-se com o enorme interesse pelas pessoas, pela vida, pelo planeta. Adolfo Bernardo Schneider se foi no dia 21 de julho de 2021, silenciosamente, o que não condiz com sua personalidade ora entusiasmada, ora indignada, ora romântica.

Sua casa, cercada de árvores e pássaros, recheada de livros e documentos históricos, fornece-nos a dimensão da perda desse cidadão plural, interessante, excêntrico, querido. Merece não somente nossa reverência, mas o respeito à sua memória. Deve ser lembrado pelos joinvilenses como um exemplo de teuto-brasileiro que, considerando-se de nacionalidade alemã pelo sangue, não esqueceu sua brasilidade pela vertente da cidadania, sem anular sua condição humana nos rompantes de entusiasmo, agressividade, angústia e afetividade. Este foi Adolfo Bernardo Schneider.

Fonte: S. THIAGO. Raquel. **Opiniões, memórias e reflexões**. Joinville: Areia, 2018. p.155-117.

Raquel S. Thiago

In memoriam

Em sua vasta trajetória e biografia, a professora Raquel S. Thiago publicou as seguintes obras:

Coronelismo Urbano em Joinville (1988);

Fourier, Utopia e Esperança na Península do Saí (1995);

Eu, Wittich Freitag (2001);

Joinville. Os pioneiros: documento e história em dois volumes, (2001 e 2006) em coautoria com a tradutora do alemão, Maria Thereza Böbel (in memoriam);

Tempos de Joinville (2008);

Lar Abdon Batista – 100 anos de história 1911- 2011;

São Francisco do Sul: memória e história – Anotações de Manoel Deodoro de Carvalho, org. (2014);

Sagrado Coração de Jesus – De Paróquia a Santuário – Cem anos de história 1916-2016 (2018).

Opiniões, memórias e reflexões (2018).

Nos jornais publicou numerosos artigos de opinião, sobretudo no A Notícia (Joinville – SC), desde a década de 1980.

E possui muitos artigos científicos e pesquisas históricas em revistas especializadas e obras coletivas.

O livro Tempos de Joinville, publicado em 2006, foi inspirado no programa de TV da Cidade (Canal 20 da Net Joinville), no ano 2000, o programa Tempos de Joinville, no qual Raquel S. Thiago entrevistou numerosos pesquisadores que escreveram sobre a história da cidade com olhares interdisciplinares.

No serviço público, a professora atuou na Fundação Cultural de Joinville, e foi diretora do Arquivo Histórico de Joinville (1986-1989) e diretora de Cultura (1994-1996).

Professora Emérita da Univille, onde foi diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão (1990-1993), lecionou Formação Econômica do Brasil no Curso de Economia (1997-2008) e História de Santa Catarina no Curso de História (1977-2008); Coordenou o Laboratório de História Oral (LHO) (2000-2010).

Militante incansável da Cultura, Raquel S. Thiago foi membro efetivo da Academia Joinvilense de Letras (AJL) e membro honorário da Academia de Letras e Artes de São Francisco do Sul – ALASF.



"Nossa mãe foi uma guerreira desde jovem. Sempre quis estudar e trabalhar. Casou muito nova e, na época, os casamentos ainda eram machistas. Parou de trabalhar, passou a ser dona de casa para criar suas duas filhas. Passaram 10 anos. Ela não conseguiu conter sua vontade de estudar, pesquisar e de aprender cada vez mais, com o intuito de contribuir para a sociedade joinvilense. Em 1970 separou-se de nosso pai e seguiu sua vida de estudos e mãe, às vezes amorosa e outras parecendo um general. Nos passou valores muito preciosos que nos tornou boas cidadãs. " O amor que plantou em nós, aquece nossos corações!" A trajetória profissional vocês conhecem melhor que nós".

Maria Claudia S. Thiago Koenig
Elin Maria de S. Thiago Koenig Fagundes



Fonte: Acervo pessoal

Pesquisadores e o AHJ



O professor Afonso Imhof, ex-diretor do AHJ, é um assíduo colaborador deste Boletim. Neste número, resolvemos reeditar um texto clássico em que o professor analisa o processo histórico de patrimonialização e turistificação do enxaimel enquanto homogeneidade construtiva da etnicidade germânica.

A fotografia ao lado, foi cedida por Gabriel Bazt para ilustrar o Boletim e compôs o ensaio para o livro fotográfico "Joinville Plural", Editora Areia, 2021, publicado com recursos do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec), da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ). Recebemos a doação de duas unidades do livro de fotografias para a biblioteca do AHJ.

Os Enxaiméis, a Etnicidade e a Identidade Cultural

Afonso Imhof [1]

O passado é lição para se meditar, não para reproduzir.
(Mário de Andrade – Paulicéia Desvairada)

É corrente contínua nos meios de informação, da imprensa, dos intelectuais, das autoridades e pessoas vinculadas ao turismo e às questões ditas culturais, de que construções arquitetônicas, que apresentam treliças ou cruzeiros-de-santo-andré nas sacadas, pontes e fachadas, ou ainda outros elementos externos decorativos de madeira, constituem o badalado, mas incompreendido enxaimel e que, muitos ainda chegam a incluí-lo, equivocadamente, na categoria de estilo arquitetônico e ainda a considerá-lo como germânico.

Hitler, para totalizar a dominação, precisava impor uma identidade nacional à pátria alemã (Heimat), baseada em princípios ou valores à imagem e semelhança do Estado nazista, o ditador buscou ou rebuscou nas miragens dos tempos remotos medievais, conteúdos memorativos para a formulação de uma pátria ideal.

A arquitetura em enxaiméis foi uma das inúmeras imaginações delirantes do Führer, como sendo um atributo do gênio racial-germânico. Assim, no início do seu totalitarismo, Hitler impôs uma farsa cultural-arquitetônica, mandando construir conjuntos residenciais populares em que figurassem aplicações ou fixações de treliças e madeiramento como sendo autênticos símbolos do povo trabalhador alemão. O nazismo quis enxaimelar o território alemão, e assim, outorgar-lhe a ordem expressa de que também a arquitetura deve ser nacional e alemã. Assim como as culturas modernas nacionais via Estado constroem identidades nacionais ao produzirem significados sobre a “nação”, com a qual “devemos” nos identificar, as culturas locais através de discursos sobre a comunidade ideal, também limitam nossa liberdade de escolha e de autonomia cultural para livrar-se ou apoiar-se nas tradições e construção de novas e melhores identidades.

[1] Ex-diretor do Arquivo Histórico de Joinville, professor da Univille.

Nas colônias, em seu seio emblemático, o projeto de comunidade ideal era (e é) impregnado de um “ethos” patriótico germânico ou uma ideologia cultural específica para o fomento do trabalho e a reprodução das afinidades intra-étnicas. A crítica e a polêmica serão esterilizadas pelo trabalho incessante dos tradicionóides, pela pedagogia conformista e pela reprodução dos ideais conservadores da dominação comunitária.

É também verdade, que a Alemanha, sob protestos, após a Segunda Guerra, mandou reconstruir edificações falseadas nos lugares das originais construídas em enxaiméis. É o tipo “enxaimeloso” – isto é, – a madeira utilizada, tem apenas a função imitativa e simulante no lugar da autenticidade histórica da madeira que formava a engradagem estruturante do imóvel.

Aqui em Santa Catarina, as elites governamentais também não foram originais, porquanto na década de 70, impuseram ou propuseram semelhantes práticas que deram origem aos prédios enxaimelosos em Blumenau e Joinville, e depois, na década de 80, em Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Brusque.

A intenção foi a de criar edificações que resultassem (ou voltassem a ser semelhantes às construções em enxaiméis) em cidades turísticas alemãs através da arquitetura “neo-enxaimel” e por conseguinte, a identidade cultural dos descendentes germânicos estaria ‘resgatada’ e posta à disposição para uso e abuso do mercado turístico.

Sem história própria, auto-promovida, e auto-interpretada, não podem ocorrer partos de identidade cultural. Quando o poder público, sob qualquer forma, pretender colocar-se no lugar dos construtores e proprietários das identidades ou das identificações, estará fadado ao fracasso nas suas intenções de inclusão ou prescrição de identificalidade. Nada mais impróprio e exagerado querer atestar como sendo cidades alemãs Joinville, Brusque, Blumenau, Pomerode e Jaraguá do Sul, porquanto pode-se apenas dizer, que possuem (e/ou possuíram) elementos caracteristicamente europeus; mesmo assim, essa admissão carece de abalizados estudos culturais e arquitetônicos, liberados da obrigatoriedade de provas hipóteses indutoras do sucesso colonizador.

Até agora, nenhum pesquisador pôde atestar uma paternidade cultural reconhecida da origem da técnica construtiva primitiva ou secundária em enxaiméis, muito menos da sua hipotética etnicidade ou exclusividade nacional ou de espaços restritos no globo, à qual se possa atribuir sua origem única e sua posterior difusão devidamente documentada.

Essa arquitetura sem arquitetos, foi uma das primeiras “globalizações” culturais ocorridas; pode-se constatar a difusão dessa técnica ‘primitiva’ de construção em enxaiméis há mais de mil anos atrás, praticamente em quase todas as populações que tinham em seu patrimônio cultural o domínio e o conhecimento das propriedades do barro, da argila, da areia, e outros agregados reunidos à madeira (os enxaiméis), que constituíam a necessária estrutura para a confecção da taipa (parede). Esse empreendimento humano era coletivo; comum a todos, solidário, não provocava poluição do ar, desequilíbrio ambiental ou qualquer outra agressão à natureza.

Na Europa, durante e após a Idade Média, as casas de camponeses e de colonos que formavam, principalmente as aldeias, vilas, vilarejos e os povoados, eram erguidas com o conhecimento da técnica construtiva em enxaiméis, as paredes eram de taipa e a cobertura era feita com materiais vegetais disponíveis nas áreas de assentamento das diversas populações rurais, assim como em inúmeras outras regiões do globo. Os enxaiméis também poderiam ser preenchidos com blocos (Blockhaus) ou com adobes (terracota secada ao sol) e pedras sobre pedras. Uma infinidade étnica, ou de povos tradicionais, além de centenas de etnias germânicas, utilizaram-se desse conhecimento construtivo, com as respectivas adaptações e diversidades regionais.

No Brasil, as populações indígenas realizavam a cobertura com as folhas de diversas espécies de palmeiras ou com a gramínea sapê, e estas foram posteriormente adotadas pelas novas populações brasileiras, e inclusive pelos imigrantes germânicos e italianos, no início do assentamento rural.

Ressalta-se igualmente, um dado sociocultural importante dessas populações construtoras de habitações em enxaiméis, que é o emprego do trabalho coletivo solidário e desimpedido das agruras do mercado excludente, com o que a maior parte da humanidade viria a sofrer posteriormente, até os dias atuais, com a globalização liberal.

Indígenas, e depois, novos brasileiros construía suas casas com a cultura da solidariedade, própria dos autênticos mutirões. Na Europa, essa cultura recebia a denominação de Trabalhos Comunitários. Esses trabalhos empreendidos coletivamente, expressavam as próprias identificações dos grupos com metas propostas para a sobrevivência.

Com a dinâmica cultural europeia da Idade Média, nas diversas cidades livres dos países pluri ou multiculturais europeus, surgiu a outra técnica construtiva em enxaiméis: os tramados ou “esqueletos” passaram a ser de madeira maciça e o preenchimento passou a se dar com tijolos, substituindo então, os antigos quadradinhos ou feixes feitos de varinhas ou varas trançadas com cordas e o barro fixado através da socagem e de aderência com palha e argila.

O conteúdo foi alterado, mas a estrutura permanecia à base de enxaiméis.

Além da denominação brasileira “Casa de Enxaimel” – denominação incorreta – existem as palavras germânicas “Fachwerkhau” (significando construção com tramados de madeira e os vãos preenchidos com tijolos ou barro) e “Fachwerkhaus” (significando casa feita com trabalhos na madeira) e a palavra francesa “Colombage”, que também se referia aos enxaiméis ou barrotes que, aprumados num tabique, resultavam em edificações até de vários andares. Em suma: as madeiras eram os enxaiméis que baratearam os custos das construções e os novos “não muito pobres” – tanto rurícolas como urbanos – puderam usufruir assim desse novo padrão construtivo.

Enxaimel é cada uma das estacas ou grossos caibros que, com varas, formam os ripados ou engradados para preenchimento com a taipa, uma técnica construtiva inicial dos colonizadores europeus na América. As madeiras ficavam aparentes e essas madeiras é que se chamam de enxaiméis da casa ou do prédio.

1558 - Rua General Valgas Neves, onde havia casas com técnica enxaimel, no Bairro Anita Garibaldi, ao fundo onde está o carro fica a Rua Ministro Calógeras. Observa-se obra pública de calçamento e colocação do meio fio.



Fonte: AHJ

"Fachwerk" em alemão e "Framework" em inglês, são termos que correspondem à ideia de uma ossatura armada ou estrutura, para que, em seus entremeios, possam receber um preenchimento com barro, formando os taipais ou, quando preenchidos com alvenaria, os tijolos ficam à vista formando uma espécie de gavetas. Esses termos correspondem em nossa língua ao de enxaiméis, em italiano lavoro e em português armadura.

Devido à implantação de um fortalecimento das bases de sustentação com sapatas de pedra e, também, à estruturação mais sólida, com tramos mais espessos e linhas em madeiras resistentes ao tempo, possibilitou-se a construção de grandes casas residenciais e comerciais, edifícios públicos, clubes recreativos, templos, fábricas, armazéns, engenhos e escolas, tanto nas cidades medievais europeias, como em áreas camponesas. Nas cidades essa nova modalidade foi adotada em razão das ofertas e demandas existentes para uma nova classe média em ascensão, e não por uma força espiritual subordinada a qualquer "ethos" étnico ou fidelidade a qualquer cultura ou tradição.

Nesta construção, as paredes também são estruturadas por um tramado de madeira aparelhada, – são os enxaiméis – em que as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si, resultando espaços que foram preenchidos com taipa, adobe, pedra ou tijolos; às vezes todos esses materiais poderiam ser utilizados em uma mesma edificação. Para esse tramado, em inglês, temos o termo "compartment shelf" (estrutura, armação, esqueleto); em francês compartiment, em italiano spartimento e em espanhol "compartimiento".

Enfim, deveremos mencionar ou reafirmar que esta segunda técnica construtiva com os enxaiméis aparentes em tramados – os Fachwerk ou Framework ou Colombage –, tem sua paternidade étnica ou sua original procedência desconhecida.

É verdade, que a sua presença mais marcante, se dá, principalmente, em inúmeras cidades e regiões da Alemanha, da Dinamarca, da França e da Suíça. Temos a presença dessa modalidade construtiva na Áustria, na Irlanda, na Inglaterra, na Itália e em Portugal, mas isto, entretanto, não confere qualquer certidão de nascimento e de dispersão, muito menos de uma tradição ou costume pertinente a um determinado povo.

Os contemporâneos é que lhes atribuem propriedades culturais ligadas aos supostos engenhos da suposta raça germânica.

Essa cultura passa a ser nacional e patriótica, a língua unifica-se e dela é feito um instrumento identificador cultural étnico e, o que se seguiu, foi a homogeneização das concepções sócio-culturais e ideológicas impostas pelas novas classes dominantes dos países e agora nações modernas, com identidades nacionais com seus respectivos etnocentrismos, nacionalismos e novas intolerâncias culturais. A 'cultura' seria unicamente erudita. Mas as histórias locais, bem como os dialetos e as identidades calcadas nas tradições resistiram e vêm resistindo até hoje. Os Estados-governos buscaram, no "Arco da Velha", supostos valores populares e inventaram novas tradições.

Tudo aquilo que atualmente designamos como bens culturais, na época eram fetichizados pelas burguesias, seu uso proporcionava-lhes a respectiva distinção social e, quase que só por essa finalidade representativa dos seus egos, é que elas frequentavam casas de espetáculos, livrarias, cafés e clubes políticos.

A "cultura" era uma cultura das e para as classes dominantes, e seus referenciais indicavam a ascensão de uma nova classe: a burguesia europeia. Ao mesmo tempo, o "povo" ou os "povos" ou eram

folclorizados ou romantizados ou glorificados emulativamente.

O termo "povo" passa a ser um instigante jogo semântico para uso próprio do novo poder, que emergia do sistema de produção capitalista. A arquitetura do povo não constituía um signo referencial nacional, mas sim aquela oriunda dos arquitetos.

No Brasil, nas áreas de colonização de predominância de imigrantes germânicos, tivemos, primeiramente, uma forma rústica de construção de paredes (trançado de cipó, ripa de palmito e argila que formavam os taipais), passando posteriormente a utilizar tijolos de olaria no lugar do barro amassado. Os tijolos agora ficavam aparentes. Eles também preenchiam os enxaiméis, ou seja, os tramados de madeira. As madeiras em geral de cor preta, que também ficavam à vista, eram pintadas com óleo queimado para sua preservação ao tempo (um ideário cultural europeu, não consumista), enquanto que as fugas, eram geralmente pintadas de branco. O preto e branco proporcionam um visual harmonioso e uma interessante combinação. As madeiras – os enxaiméis – mesmo expostas ao tempo, resistiram até os dias atuais, graças também às espécies de árvores, como peroba, cedro e canela.

A melhor denominação para essas casas em nosso meio seria casas construídas em enxaiméis, expressão que denota os mesmos significados de "Fachwerk", "Framework" e "Colombage".

No Brasil, costuma-se afirmar que as construções em enxaiméis constituem uma materialização da tradição ou cultura germânica, ou até se diz, que o suposto “estilo” é germânico. Melhor é dizermos que eram construções predominantemente mandadas construir pelos imigrantes ou descendentes de germânicos, suíços, austríacos, prussianos, saxões, pomeranos, dinamarqueses, silesianos, hanoverianos, hamburgueses, bávaros, alsacianos... “verdade seja dita”, entretanto, esse bem cultural imóvel não conferia (e não confere) etnicidade, muito menos identidade cultural de nenhuma nação em particular.

Uma outra verdade: a construção não se dava por um ato consciente emanado do estoque cultural da “tradição” ou da “cultura” germânica, mas se dava por uma escolha racional econômica diante da disponibilidade da matéria-prima nas colônias e pela existência de carpinteiros e pedreiros que conheciam princípios construtivos populares da Europa.

Em termos tautológicos: o mercado padronizou e fez moda e pôde, assim, massificar esse tipo de construção, vendendo-o sem a marca da germanidade e muito menos, alguém adquiriria o material em consonância com uma identidade cultural germânica manifesta ou dissimulada.

No mercado (serrarias e olarias) da época foi, em grande parte, o responsável pela oferta habitacional padronizada, semelhante aos moldes comerciais dos dias atuais, com as lojas de material de construção. Na época o padrão determinava, em parte, os tamanhos das casas familiares e também as formas externas.

Hoje, no Brasil, a concepção optativa da classe média fundamentalmente diz respeito ao espaço que as casas devem proporcionar aos proprietários. As casas assim, são geralmente arquitetadas com os preceitos atuais da pós-modernidade, ou seja, longe dos modelos anacrônicos. A classe média assegura seu status diferenciado através de um estilo de vida, ou melhor, de uma cultura para si.



Fonte: AHJ

1224 - Família Körsten, posando em frente a sua residência construída com a técnica arquitetônica enxaimel com varanda frontal.

Da esquerda para a direita
Martha Körsten, Paula Körsten, Ricardo Körsten e as crianças, que observem, estão descalças.

As colônias de Blumenau, Joinville e Brusque, entre outras que seguiram, tiveram intensificadas sua ocupação nas cinco últimas décadas do século XIX (1850-1900), período em que também ocorreram, massivamente, na área rural e depois nas áreas em urbanização, a construção em enxaiméis, primeiramente com barro e depois com tijolos à vista, ora em forma de trabalho comunitário (mutirão), ora com trabalho assalariado.

Houve de verdade uma padronização genérica, no que se refere à estruturação da montagem desses “engradados” ou enxaiméis no Sul do Brasil (RS e SC), mas devemos registrar a existência de inúmeras variações, criações e resultantes construtivas sobejamente encantadoras e fascinantes, ainda mais, quando essas casas habitam contextos paisagísticos rurais, circundados por pastagens, jardins, quintais, pomares e roças em comunhão com a paisagem verde e com o visual dos tijolos e madeiramento à vista. Infelizmente na área urbana, pode-se constatar em quase todas as casas o reboco desses tijolos, perdendo com isso a graça visual.

Entretanto, caso não forem praticadas políticas patrimoniais históricas sérias e competentes, voltadas à preservação desses bens culturais, ficaremos ainda mais empobrecidos, porquanto as ricas inteligências das cidades de Santa Catarina já permitiram perdas irreparáveis de grande parte de patrimônios históricos desse gênero, e essas cidades estão a cada dia mais tristes, com baixo índice de auto-estima. Muitos poréns e desdéns, fizeram com que o patrimônio cultural material esteja desaparecendo ligeiramente. Para uma exploração temática será preciso um bom empenho conjunto dos municípios catarinenses na busca de um plano mais ambicioso de preservação aliado à educação patrimonial nas escolas e nas “comunidades”.

Entretanto, a indústria do turismo inventa ou artificializa tradições e ainda se autoriza a expedir imagens, vestimentas, sotaques e rotulações tipificadoras e, em toques mágicos de publicidade, tira da cartola versões e distorções acerca da história dessas cidades, surgidas por meio de problemáticos e até quem sabe? “heroicos” processos colonizatórios.

Em vez de esclarecer, mistificam e unificam o hipotético conhecimento histórico, ignorando inúmeros estudos acadêmicos de sérios e competentes historiadores, antropólogos e sociólogos. Em vez de reunir apoio da “comunidade” ou dos habitantes, a mistificação não dá credibilidade, cria, isto sim, a rejeição, a apatia e o desinteresse pela cidade, e quem perde é a própria indústria turística.

Tenta-se relacionar, fotograficamente, as casas em enxaiméis com a própria história dos colonizadores, um esforço que se torna inútil pela falta de memória ou mesmo de um vazio na intertradicionalidade do passado com o presente dessas comunidades. Identidades imaginadas por outros funcionam eficazmente? Quem revela a dimensão da identidade dessas “comunidades”? As “comunidades” não se identificam com esses bens culturais, tal qual o mercado turístico gostaria que fosse. Qualquer proprietário que obviamente também está se valendo do mercado, se pergunta: preservar por que?

A arte que, para o nazismo, constituía uma extensão do Estado totalitário, deveria exercer um papel integrador e homogeneizador do amplo corpo social-cívico, ou seja, a Nação totalmente unificada, deveria se inconformar com a ruptura das tradições que a modernidade vinha ameaçando, como também renunciar à tolerância das diferenças étnicas, sexuais e culturais no seu interior.

Hoje, constantemente as autoridades culturais e do turismo vêm tentando outorgar uma identidade cultural aos descendentes dos imigrantes com bases históricas questionáveis e, através de traços culturais culinários e arquitetônicos, projetam a volta da etnicidade no interior das “comunidades”, objetivando com isso uma subordinação ao passado, como se isso não fosse dominação ou uma forma sutil de ritual de culto à raça ou de estigmatizações ou estereotipações preconceituosas.

Ainda temos os guardiões, os vigilantes voluntários que advogam em defesa de uma possível existência de “cultura” dessa ou daquela (também) possível etnia, mas que, por não terem a necessária competência em formar sua própria consciência do mundo, impõe primeiramente imaginações anacrônicas e destituídas de compreensão histórica da realidade dos imigrantes e descendentes, para depois solicitar ao poder público o financiamento dos seus delírios culturais... Trabalham com homenagens ao passado, apropriam-se das memórias e, em infusão excitante, põem-no ao deguste turístico através de signos ou simbolizações sobre os verdadeiros enxaiméis e os enxaimelosos.

‘Obras de Arte são propriedade da Humanidade e a sua posse conduz à obrigação de preservá-las. Quem negligenciar este dever e, direta ou indiretamente, contribuir para o seu dano e destruição, pede a repreensão do barbarismo e será punido com o desprezo de toda sociedade, agora e em épocas futuras’.

Goethe, 1799

Ora, os sujeitos “integrantes” de uma memória herdada e que por isso é heterônoma, também tem direito ao esquecimento, por livre e espontânea vontade de tornar-se um ex... Sociologicamente, cremos que o momento é mais propício para elegermos livremente novos e melhores sentidos de vida para nossas cidades fundadas por imigrantes pioneiros e desenvolvidas pelos imigrantes posteriores; em vez das funestas folclorizações, que objetivam parar, conjuntamente no tempo e no espaço as histórias, os guardiões voluntários deveriam estar cientes que o desejo de mudanças culturais já está praticamente globalizado, pelo menos nas classes médias ocidentais.

As leituras que se fazem nos dias atuais sobre patrimônios culturais materiais (arquitetura no nosso caso), deverão receber ingredientes históricos mais realistas e mais críveis dentro de novos parâmetros de qualidade, no intuito de não iludir os turistas culturais e os próprios habitantes locais.

É preciso que a cidade descubra, quais as novas conexões identitárias dos seus habitantes com o patrimônio histórico ainda existente, e que isso possa de fato contribuir para auto-estima “popular”, que é indispensável para uma “nova” identificação cultural alicerçada pelo conhecimento histórico local.

Assim também os administradores turísticos privados e públicos, que pretendam utilizar-se das memórias edificadas em áreas de colonização, precisam atentar para a variada gama de questões relacionadas com a fragilidade e mutabilidade das identidades culturais que estão se dando em face da mundialização da cultura e do atual mercado que gera novos sentidos de vida.

Esses guardiões e autoridades confundem manifestações culturais com o conceito antropológico de cultura. Outra confusão conceitual: cultura, com passado ou história; traços culturais materiais, com etnia, cultura e identidade; enfim, cultura com tradição. Essa confusão deve-se ao fato de não se conhecer mais adequadamente a história regional ou de não se possuir mais informações seguras e corretas das questões que definem uma identidade cultural e uma comunidade com a arquitetura ou outros traços culturais imanentes.

O Novo Dicionário Aurélio Século XXI, na página 591 apresenta vários conceitos variáveis de cultura, inclusive o entendimento científico da Antropologia, que cremos ser indispensável para as autoridades culturais e turísticas e imprensa em geral. Assim, talvez os mercadores turísticos e agentes de viagem entendam melhor a inconveniência de textualizar em roteiros a fantasiosa oferta da fruição de outra cultura. Ninguém jamais fruirá outra cultura, mas seus produtos. De outras culturas, pode-se apenas fruir manifestações artísticas e experimentações culinárias autênticas ou típicas. Qualquer cultura tem obrigatoriamente uma relação simbiótica tempo-espço, ninguém transporta a cultura, nem a compra, mas sim produtos ou bens culturais. Os imigrantes não trouxeram uma nova cultura, mas conhecimentos da sua cultura e puderam então refazer a cultura em outro espaço e tempo, portanto nunca mais igual como antes, então uma nova cultura, porém não mais germânica, mas de forte influência!

Na pós-modernidade as identificações culturais (identidades? Fiquemos longe do poder delas!) são livres do compasso do poder político e das descaracterizações turísticas. Na globalização também desejamos ser todos cidadãos do mundo. Queremos fruir e acessar outras práticas culturais. Queremos encontros culturais, não fetichizações ou folclorizações étnicas.

Almejamos continuar em liberdade para optar por nossas próprias histórias e memórias, auto-interpretar nossa cidadania e nossa própria visão de mundo e, simultaneamente, auto-conferirmos identificações locais sem intermediação de fantasias ou dos representantes do neoliberalismo no turismo, ou ainda, dos mercadores das próximas glórias do século XXI.

Glória
A glória é como um círculo na
água
Até que por força
de seu
próprio
crescimento,
dispersa-se
em nada.
(Shakespeare)

“A preservação do
patrimônio natural, paisagístico,
cultural,
arqueológico,
arquitetônico e histórico
é dever
do Poder Público e de todos
os cidadãos residentes no
Município”.

Fiquem com as glórias, etnocêntricas, narcisistas e egoístas, nós ficaremos com dois grandes sonhos: o da igualdade e o da diferença, mutuamente inter-relacionados e interdependentes. Homens e mulheres livres não estão interessados nas profecias otimistas do capitalismo do século XXI, mas na apologia da concreta paz, igualdade de todos os seres humanos e condenação de todas as discriminações, racializações, intolerâncias étnicas e dominações econômicas, culturais e religiosas. Estão sim, identificados com uma arquitetura para uma nova construção filosófica de uma ética mundial ou de uma macro ética e ainda se posicionarem à frente do nosso próprio tempo, ensejando assim uma causa global: o respeito crítico às culturas, às histórias e às tradições. O “turismo” embate e fetichiza. A etnificação turística, consciente ou inconscientemente (?) retifica a cultura e a história, embaindo a todos os incautos e auto-enganados(as).

Fonte: IMHOF, Afonso. Os Enxaiméis, a Etnicidade e a Identidade Cultural. In: COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **A técnica enxaimel na Colônia Dona Francisca**. Joinville: Núcleo do Patrimônio Histórico/Fundação Cultural de Joinville. Prefeitura Municipal de Joinville, 2000.

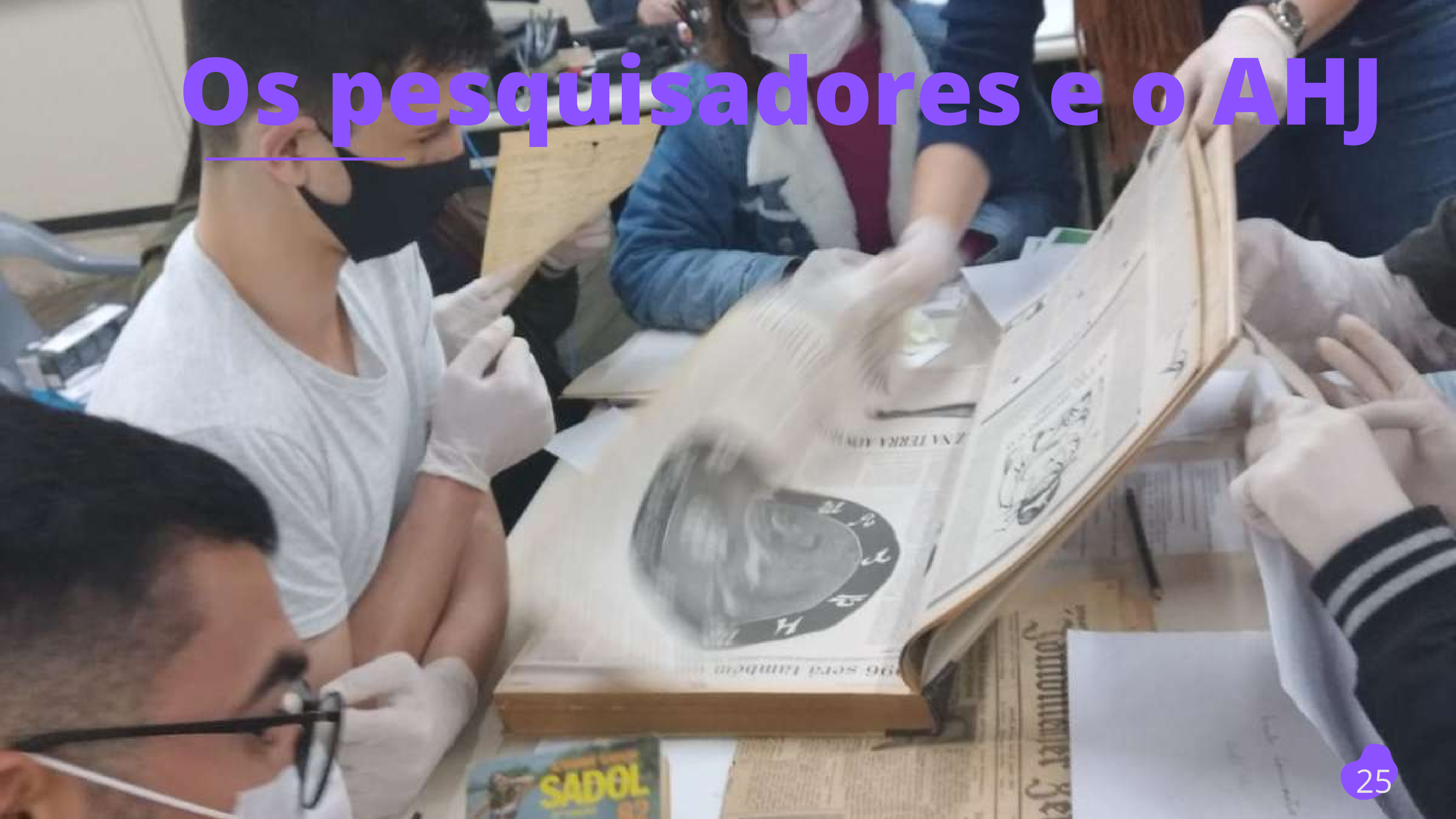
O Historiador

Veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
os espectros das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas.
Veio para contar o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo, no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste, rancoroso, fiel.

Carlos Drummond de Andrade

(Do livro A Paixão Medida)

Os pesquisadores e o AHJ



A canhoneira Panther visita Joinville



Patrik Roger Pinheiro [1]

Em 1905, um cruzador alemão foi autorizado pelo Brasil a realizar exercícios de artilharia na Baía da Ilha Grande e depois passou a visitar vários portos brasileiros. Era a canhoneira Panther, um cruzador de 62 metros de comprimento que foi construído em Danzig e foi lançado ao mar em 1900. Publicou a Gazeta de Joinville em 11/11/1905 (p. 1), na seção Notícias Locaes, a matéria denominada "Panther", informando que em 1905, a embarcação era comandada pelo conde Saurma Jeltsch. Entre Setembro e Outubro, a embarcação passou a realizar visitas ao Rio de Janeiro e depois seguiu rumo ao sul do país, entrando no porto de São Francisco do Sul em novembro. Não é difícil imaginar que localidades como Joinville, com fortes imigrações germânicas, ficaram entusiasmadas com a visita de uma canhoneira alemã, o que parecia reforçar os laços de amizade entre a terra natal de muitos deles ou de seus pais e a nação que agora os acolhia.

Na sexta-feira, dia 10 de novembro de 1905, o comandante da Panther, alguns oficiais e 37 tripulantes já se encontravam em Joinville, sendo entusiasmadamente recepcionados, em especial pelos teuto-brasileiros.

[1] Historiador, servidor público da Câmara de Vereadores de Joinville

Imagem 1– Rua do Príncipe. A tripulação da canhoneira Panther é celebrada em Joinville



Fonte: acervo do Arquivo Histórico de Joinville

De acordo com o jornal Gazeta de Joinville, a tripulação seria hospedada em casas de famílias joinvilenses e as festividades foram assim organizadas:

Sexta feira, às 2 horas, recepção no porto, marcha com música até o salão Berner, onde serão apresentadas as boas vindas, sendo após distribuídos aos quartéis. De noite reunião familiar no Salão Berner e baile no Salão Walther. Sábado – Picnic na Boa Vista; de noite, reunião familiar e baile.

O jornal Commercio de Joinville esclareceu que se deram dois bailes simultâneos, sendo que num deles (o Salão Berner) estavam o comandante e os oficiais, ao passo que noutro (Salão Walther) a tripulação em geral, “reinando em ambos extraordinária animação, prolongando-se as danças até alta noite”, segundo o Noticiário Crusador Panther publicado no Commercio de Joinville, 11/11/1905 (p. 2).

Foi uma visita festiva, sem dúvida, mas se o objetivo era aumentar os elos entre Brasil e Alemanha, depois de deixar Joinville, a canhoneira conseguiu o efeito contrário. Saindo de São Francisco do Sul e chegando a Itajaí, a tripulação do Panther envolveu-se num incidente diplomático conhecido por “Caso Panther”, ou “Questão Panther”, que foi um leve arranhão ao território nacional, mas escalonou para proporções maiores, e foi considerado uma agressão à soberania do Brasil (Poyer, 2021).

Tudo começou com a deserção de Hassman, um tripulante do Panther, em Itajaí. Sem permissão das autoridades locais, oficiais do Panther desembarcaram e procuraram pelo desertor em solo brasileiro e inclusive se conta que prenderam Steinhauff, uma pessoa que se encontrava no hotel do Commercio, de Itajaí, de propriedade de Gabriel Heil, publicado a reportagem “O Caso da Panther” em Noticiario no Commercio de Joinville em 16/12/1905 (p. 1) e Caso Panther em Noticias Locaes na Gazeta de Joinville em 16/12/1905 (p. 2).

A notícia da invasão ao solo brasileiro foi tomando vulto e se tornou uma crise diplomática, que beirou o uso das armas. Para colocar a situação no prisma da época, é preciso recordar que muitas nações asiáticas e africanas eram obrigadas a assinar acordos de comércio ou aceitar a proteção de potências militares e econômicas. Esses acordos eram realizados na ponta do canhão dos cruzadores e justificado pelo conceito vigente de que aquelas terras não eram devidamente civilizadas e integradas à comunidade internacional. Por isso, uma nação trazer uma canhoneira para costa do Brasil para depois violar o território nacional, aos olhos brasileiros, era um incidente que ofendia o orgulho nacional. Em consequência, a tripulação do Panther, que mais tarde tinha desembarcado no Rio Grande do Sul, já não encontrou ali a mesma recepção calorosa de outrora, pelo contrário, foi recebida com manifestações desagradáveis, conforme a matéria publicada em Noticias Locaes, Gazeta de Joinville, em 23/12/1905 (p. 2).

O assunto chegou ao alto escalão nacional. O ministro das relações exteriores, o Barão do Rio Branco, adotou um tom enérgico e exigiu prestações de contas. A Alemanha na época já era uma potência bélica, mas Rio Branco tinha planos de resgatar o prisioneiro capturado em Itajaí à força das armas, se preciso fosse (PEIXOTO, 2011, p. 48).

Rio Branco não pronunciava uma ameaça vã. No dia 10 de dezembro, o cruzador Barroso havia fundeado na Barra do Rio Grande, onde estava a Panther, cercado o cruzador alemão e esperando a chegada do cruzador Floriano para realizar uma abordagem, se recebesse ordens para isso. A escalada do campo diplomático para o da luta armada parecia estar por um fio (ALVES; MONICO, 2022, p. 20).

Mas a diplomacia venceu e o resultado foi uma retração alemã, aprovada pelo imperador Guilherme II, que agradou aos brasileiros. A declaração admitia que os agentes alemães haviam ultrapassado os limites que lhes cabiam, e que por isso seriam submetidos à justiça militar de seu país (PEIXOTO, 2011, p. 63).

O comandante da Canhoneira afirmou que Steinhauff nunca esteve preso a bordo e que não tinha intenção de ofender a soberania territorial do Brasil. O desembarque apenas tivera intenções investigativas sobre a deserção de Hassman, segundo a diplomacia alemã.

Na ocasião em que o cruzador Panther deixou Joinville, a Gazeta na seção Notícias Locais – intitulada Panther, em 11/11/1905 (p. 2), imprimiu uma nota de amizade: “Congratulando-nos com os filhos da Alemanha – Apresentamos saudações amistosas aos representantes de sua marinha de guerra, desejando que sua permanência entre nós, em todos os tempos, seja de grata saudade”.

Mas com a ação desorientada da tripulação do Panther, o Jornal Gazeta de Joinville em 30/12/1905 (p. 1), mais tarde, sentiu-se na obrigação de esclarecer que os teuto-brasileiros não tinham responsabilidade alguma sobre o caso e ainda cuidou de eximir a própria Alemanha:

Nenhuma culpa tem a colônia alemã do que nos aconteceu com a visita do Panther pois o acto irrefletido de um anão afecta a colectividade; assim, pois, nós só atacamos esse irreflectido – fidalgo arruinado e cheio de fanfarronices, que julgando o Brazil um balaio da Mãe Joanna, esqueceu-se das agulhas que lhe espetariam o dêdo.

Infelizmente para os alemães e muitos joinvilenses, o evento aqui relatado trouxe desconfiança, muito bem aproveitada pela diplomacia dos Estados Unidos, que alertou ao Brasil do tão mencionado “perigo alemão”, que lançava na desconfiança comunidades teuto-brasileiras, como Joinville (POYER, 2021).

Referências e Fontes

ALVES, F. N.; MONICO, R. Imperialismo alemão no sul do Brasil: o Caso Panther na imprensa. Coleção Documentos. Lisboa / Rio Grande: 2022. ISBN: 978-65-89557-49-4

CASO PANTHER. Noticias Locaes, Gazeta de Joinville, Joinville, 16 dez. 1905. p. 1-2.

CRUSADOR PANTHER. Noticiário. Commercio de Joinville, Joinville, 11 nov. 1905. p. 2.

O PANTHER. Noticias Locaes, Gazeta de Joinville, Joinville, 23 dez. 1905. p. 2.

PANTHER. Noticias Locaes. Gazeta de Joinville, Joinville, 11 nov. 1905. p. 2.

PANTHER. Gazeta de Joinville, Joinville, 30 dez. 1905. p. 1.

PEIXOTO, R. A. Depois Aconteça o que Acontecer: Por uma rediscussão do caso Panther e da política externa de Rio Branco. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 54, n. 1, 2011. p. 44-66.

POYER, V. Fronteiras da Diplomacia: Os Casos Panther e Kullak e as relações entre Brasil e Alemanha. Anais da História em Debate, n. 1, vol. 4, ISSN 2675-0635.

História Institucional

Gerente de Patrimônio e Museus

DILNEY FERMINO CUNHA

Coordenador do Arquivo Histórico de Joinville

ANDRÉ FELIPE MEYER, ARSELLE DE ANDRADE DA FONTOURA, CÁTIA REGINA HODECKER, DINORAH LUISA DE MELO ROCHA BRUSKE, ELISÂNGELA DA SILVA, FERNANDA PIROG OCOSKI, GABRIEL PAVESI GOUDARD, GIANE MARIA DE SOUZA, JANICE GARCIA, LEANDRO BRIER CORREIA, NELSON BERNDT, NÍVEA GIOVANELLA REINERT, RODRIGO BOÇÖEN E THAINA CAMILA TAMBOSI.

Joinville, 20 de março de 2022.



Prefeitura de
Joinville

Quem são os vigilantes do AHJ?

Giane Maria de Souza [1]

Imagem 1 – Cestrem



Fonte: Acervo pessoal

Ednilson Nilton Cestrem é joinvilense, 52 anos. Possui o ensino médio completo. Foi metalúrgico por 17 anos e está há 15 anos trabalhando na segurança privada. Há um ano trabalha no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Como hobby gosta de estar com a família e amigos, assando uma carne e fazendo aquele pagodinho. Das suas músicas preferidas, curte um sertanejo, funk, samba e música populares no geral. Ama jogar bola, vôlei e fazer academia. O time do coração é o Flamengo, segundo o Cestrem “quando o Mengo joga, o Brasil para”.

Imagem 2 – Francisco Severino dos Santos



Fonte: Acervo pessoal

Francisco Severino dos Santos é nascido no Recife, Pernambuco, em 26 de setembro de 1978, filho da dona Maria Cristina Dias e do seu Severino José dos Santos. Casado com Vivian Esdras e possui duas filhas, Laís Francys, 22 anos, e Camila Francys, 20 anos. Francisco migrou para Joinville em 18 de dezembro de 2018 apenas com a “coragem e o ensino médio na bagagem”, conta. Da terra natal lembra com saudades dos amigos e familiares. Um leitor voraz, segue em Joinville, trabalhando no AHJ e ouvindo nas horas vagas “meus rocks, pop, MPB, e porquê não, as boas vertentes da boa música nordestina.”

Gerson Luiz Sant'Anna nasceu em Joinville, 21 de dezembro de 1963. Possui 58 anos. Casado com Nádia Maria Sant'Anna e possui dois filhos, Lucas e Nátalie. Tem três netos, Ana, Victor e Carolina. Gerson gosta de assistir filmes do gênero romances, ouvir músicas, é mais sossegado, caseiro e familiar. Trabalha na segurança desde 2000, mas durante boa parte da sua vida foi do comércio, autônomo foi proprietário de uma venda, de estilo secos e molhados, no bairro Itaum. Comercial Sant'Anna, herança familiar, hoje em dia, praticamente este tipo de comércio está extinto, existe em pequenas cidades do interior de Santa Catarina. O seu avô Herundino Cipriano Sagaz, por exemplo, tinha um comércio, onde era a Cipla, na Avenida Getúlio Vargas, demonstrando que os comércios de secos e molhados eram tradicionais e passavam de geração para geração. Hoje Gerson, trabalha conosco no Arquivo Histórico de Joinville e gosta muito dos amigos que fez na instituição, do local de trabalho, acha que o "Arquivo é o computador dos antigos, o CPU que guarda toda a memória da cidade".

Imagem 3 – Gerson Santana



Fonte: Giane Maria de Souza

Marinês de Souza Balin é paranaense, nasceu em Dois Vizinhos, e possui 47 anos. Casada com Nelson Antonio Balin há 32 anos. Tem dois filhos, Cleiton André e Cleison Leandro e o neto Matheus André, com 2 anos. Mari, como é carinhosamente chamada pelos colegas, trabalha há 14 anos na Khronos. Já trabalhou na Estação da Memória, no Museu Nacional de Imigração e Colonização e agora está conosco no Arquivo Histórico de Joinville há mais de um mês. Mari como é conhecida gosta de dançar, ouvir música, conversar e vive, atualmente, curtindo as peripécias do seu netinho.

Imagem 4 – Marinês de Souza Balin



Fonte: Acervo pessoal

Trabalhos técnicos desenvolvidos pelo AHJ



Difusão Cultural



Relato de visita

Amanda Dognini Damasceno [1]

Atendimento educativo

No dia 21 de novembro de 2022, a estudante de Biblioteconomia Amanda Dognini Damasceno com seu esposo Matheus Pereira Damasceno, militar de carreira, visitaram o Arquivo Histórico de Joinville.

Acompanhados por Giane Maria de Souza, educadora da instituição, fizeram uma visita técnica.

Amanda escreveu um relato da visita e nos contou a história na sua cidade natal, Joinville.

Aborda a sua formação em Engenharia na UFSC e os seus percursos culturais e sociais até a sua residência atual em Manaus, município do Amazonas.

Nascida em Joinville, me graduei em Engenharia de Transportes e Logística pela Universidade Federal de Santa Catarina, campus Joinville. Após casar e passar por dois estados diferentes, resolvi voltar a estudar e preferi a modalidade à distância. Biblioteconomia foi minha escolha e, diferente do que muitos imaginam, tem bastante aprendizado de uma graduação que pode ser aplicada na outra. Sempre me vi sendo de exatas, mas hoje olho para trás e vejo muitos indícios da biblioteca e do arquivo em minha vida, desde o ensino fundamental até o ensino superior.

A visita ao AHJ foi primeiramente motivada pelo sentimento que estou nutrindo em possivelmente trabalhar como arquivista (necessitando uma pós-graduação ao final do curso, claro). Mas o motivo maior foi a curiosidade. Enquanto morava aqui em Joinville, sempre que passava em frente ao Arquivo Histórico, me perguntava o que havia lá dentro e essa vontade ficou anos e anos guardada. Neste ano, visitando os familiares, estava correndo ao entorno do Rio Cachoeira e novamente me deparei com o AHJ. Na minha graduação somos totalmente incentivados a buscar informações externas e “dei a cara à tapa” pedindo uma visitação. Para minha felicidade, o retorno foi positivo. A visita foi incrível! A senhora Giane deu todo o suporte, explicando sobre o Arquivo, todo seu histórico, seu funcionamento, sobre os funcionários. Além disso, mostrou o processo de arquivamento, de digitalização dos documentos, da classificação e onde eles estão arquivados.

Também nos mostrou diversos arquivos históricos joinvilenses e alguns que poucas pessoas sabem de sua existência (o mapa de Joinville antes de sua fundação oficial foi o que mais chamou atenção). Saí de lá com algumas lembranças físicas, mas o meu maior presente foi o conhecimento adquirido com os profissionais que ali estão. Com toda certeza voltarei a visitar o AHJ e, se um dia for possível, até trabalhar lá. Antes eu era curiosa sobre essa instituição e hoje eu a adoro. Meu muito obrigado pelo suporte e explicações concisas!

[1] Engenheira e Estudante de Biblioteconomia.

Educação patrimonial

João Pedro
Epitáfio Semora D'Almeida
É muito legal aqui
quero voltar
achei interessante esse
lugar.

Gostei muito
principalmente das
informações, muito
interessantes.
João Pedro
Mariana Eloisa

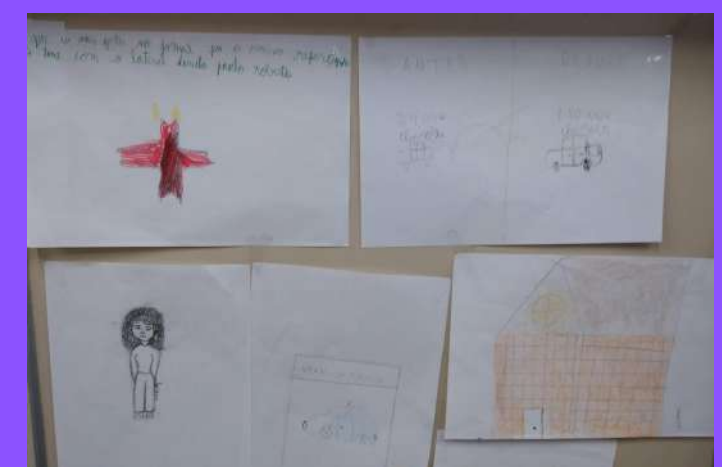
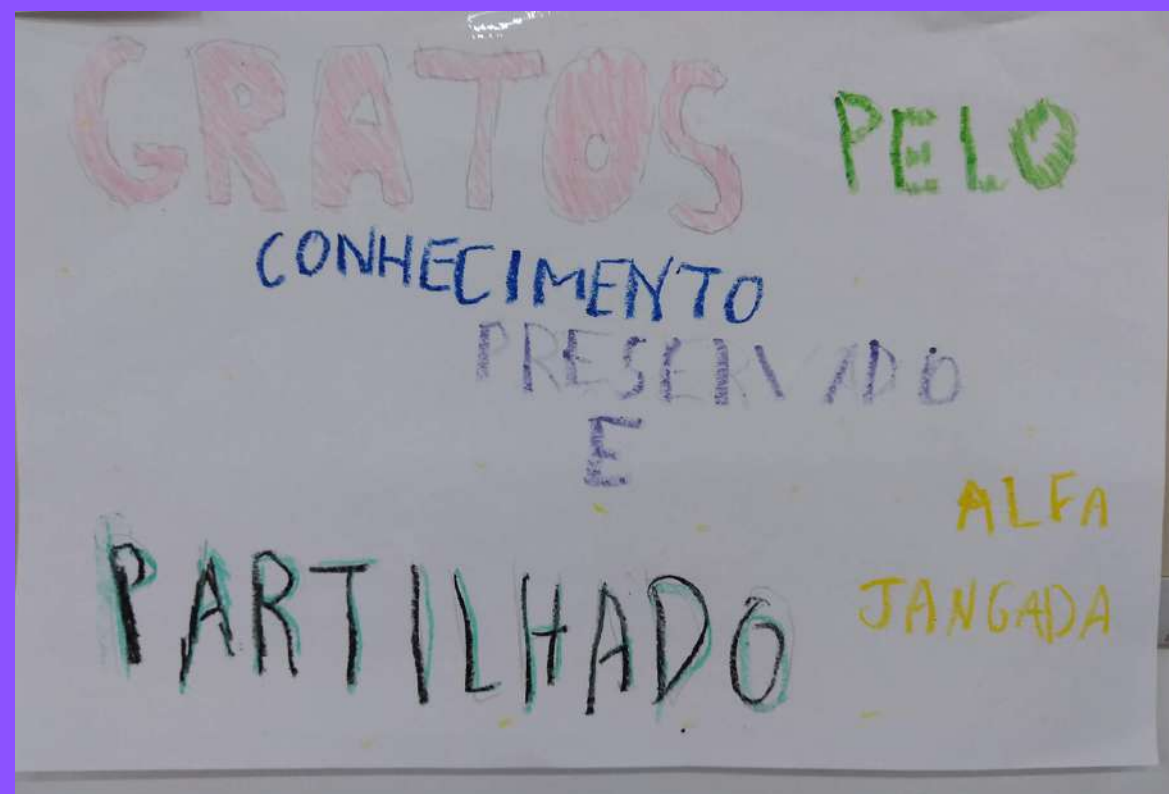
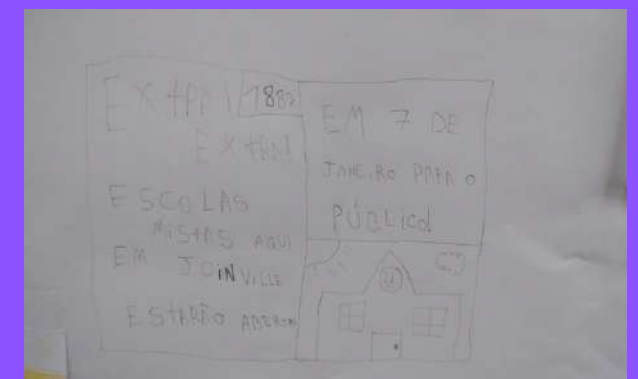
É um privilégio
poder conhecer
ainda mais sobre
A HISTÓRIA, PRINCIPAL-
MENTE VISUALIZANDO
E TOCANDO.
Uma honra! Gratias!

João Pedro
Gostei de conhecer e
valor um pouco mais
sobre os sentimentos, es-
senciais e como descrevem
as informações do cotidiano

Lucas do Joraguá
do Pal. moreira enqua-
to pouco no Rio
Itapocu

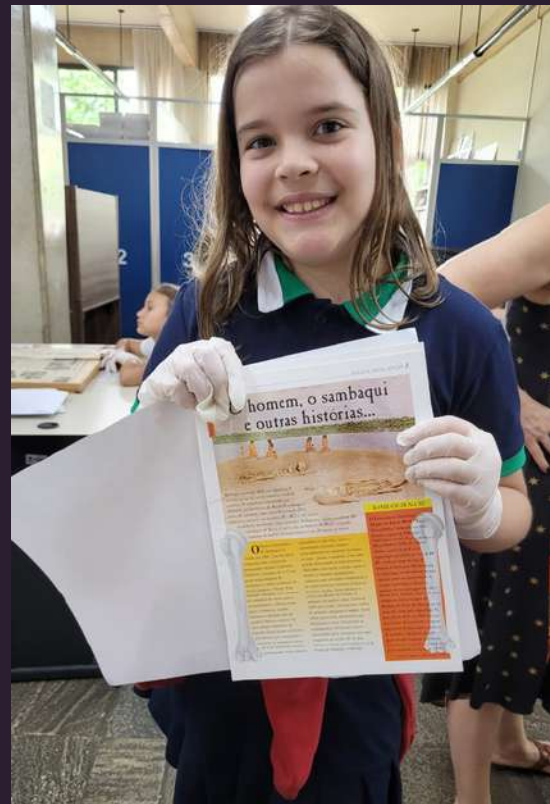
gostei muito do museu
Pois falam do antepassado
e aprendi muitas coisas

É surpreendente e inovador
a maneira de como
registramos toda a
história, e muito incrível
poder ter acesso a tudo
isso...



é um lugar muito bonito
tanto por fora quanto por
dentro! Muito interessante
ver os jardins, como nossos
pais não os tinham!





Imagens 1 a 11 - Escola Alfa Jangada de Jaraguá do Sul atendimento do 4o ano do Ensino Fundamental, registro das duas turmas, total de 65 alunos, atendidas pela educadora Giane Maria de Souza e a assistente cultural Fernanda Pirog Oçoski
Fonte: Fabiane da Rosa e Thamyres Barbosa



Artistas e o AHJ

Imagem 1 – Cópia Fotográfica do Desenho de Giz Pastel



Fonte – Fotografia de Elisângela da Silva

Asta dos Reis e uma singela homenagem do AHJ

A professora aposentada da Casa da Cultura Asta dos Reis em 2022 doou um quadro emoldurado com um desenho em giz pastel medindo 29 cm x 40 cm em homenagem aos 50 anos do AHJ. A obra foi escolhida para ser a capa do Boletim de número 22. Como forma de agradecer, criamos uma nova seção no Boletim dedicada aos Artistas e o AHJ para homenagear os trabalhadores da arte.

O currículo de Asta dos Reis é vasto e o conjunto da sua obra um patrimônio de Joinville. Vamos publicá-lo, de forma resumida, para que o leitor tenha uma breve percepção da importância desta artista para a nossa cidade, e, enfim, agradecemos sua obra e a contribuição de Asta dos Reis, sobretudo, para a história da arte catarinense.

Artistas e o AHJ

Imagem 1 – Asta dos Reis exibe o Calendário Pro-Rim/AAPLAJ



Fonte – Acervo pessoal

Asta dos Reis

Desde 1983 atuou como docente na Escola de Artes Fritz Alt em Desenho Anatômico e lecionou aulas de desenho, pintura a óleo, acrílico, aquarela, giz pastel, texturas, desenho anatômico, cores, perspectiva e composição, ao todo foram 14 anos na Casa da Cultura, se aposentando 1/3/2016.

Atuou por 18 anos no Atelier particular Asta dos Reis.

Membro da Associação de Artistas Plásticos de Joinville, atuou como secretária e foi presidente em 1992.

Foi premiada no 1º Salão de Arte Jovem em 1982;

Recebeu Menção Honrosa em 1983;

7ª Mostra dos Novos como Destaque MAJ em 1985;

16ª Coletiva de Artistas de Joinville,

Prêmio Tupy, MAJ/Prêmio Mulher 2000;

Artes Plásticas, Prêmio Destaque TV Cidade,

em Artes Plásticas em 2002; 1º Lugar

Aquarelas do 62º BI de Joinville; 1º Pintura na

Mostra de Outono, São Francisco do Sul em 2007.

Imagem 2 – Livro Didática da Arte, Editora Areia, Joinville, 2021, 132 p.



Fonte – Acervo pessoal

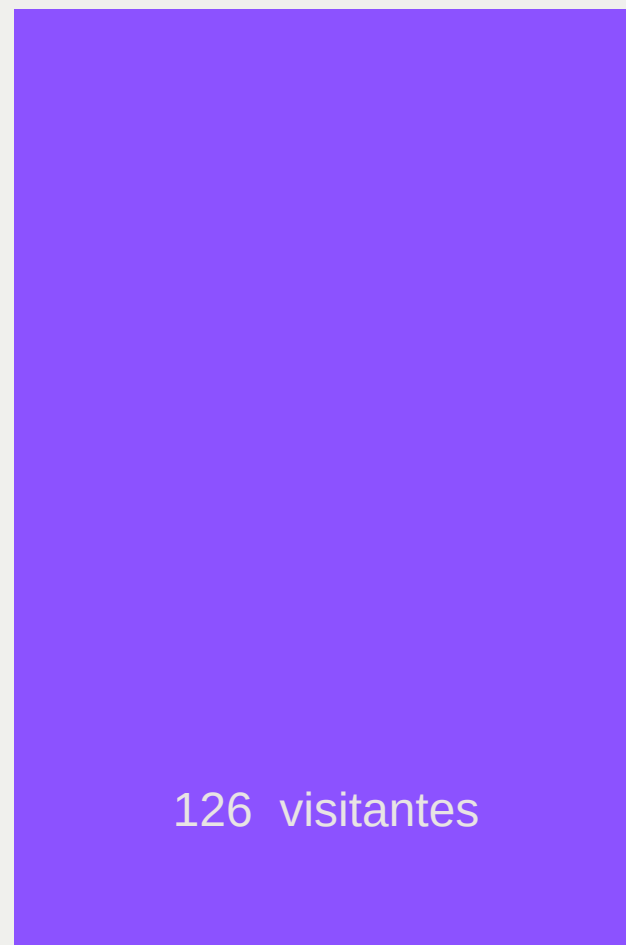
Imagem 3 – Exposição é "Tudo está Conectado", desenhos à carvão e sanguínea de Asta dos Reis



Fonte – Acervo pessoal

Atendimentos do AHJ

Atendimento ao pesquisador



Atendimento escolar



Visitas à exposição



Visitas guiadas ao acervo



Gestão documental

3 Como Classificar e Organizar os Documentos

A classificação é o procedimento que permite agrupar ou separar documentos conforme as funções e atividades dos órgãos administrativos e judiciais que os produziram, de forma hierarquicamente sistematizada, do geral para o particular, em função, subfunção, série e subsérie.

Exemplo

- Documentos referentes às férias de um servidor devem ser classificados na subsérie 02.02.01.01 – Dossie de estados sobre carreira, que possui um prazo de guarda de 5 anos no intermediário e segue para eliminação após o encerramento do prazo.
- Documentos que tratam de contratação de Processo de desapropriação de imóvel, devem ser classificados na subsérie 02.06.01.01, cujo prazo de guarda é permanente, ou seja, não podem ser eliminados, pois tratam-se de documentos de caráter histórico, que devem ser encaminhados para guarda permanente no Arquivo Histórico.

No dia 22/12/2022 os funcionários da Prefeitura Municipal de Joinville que participaram das Comissões de Análises de Gestão Documental participaram de uma capacitação promovida pela empresa Armazém de Documentos na qual apresentou o Plano de Classificação Documental e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, orientando os servidores em relação ao seu uso, bem como instruindo acerca de arquivamento, manuseio e eliminação de documentos.



Fonte: Giane Maria de Souza

Difusão Científica do AHJ

Brasilien. *Brasilien. folt.*



5383. Verlag C. v. Zeska

Prinzenstrasse.

*Brasilien. folt.
das für
fanta
Tylipf.
mit
weyftbar
Jahrt folt
die. l. 7.3
6
man
kafin.*

*Mit fangl. Gneipf in. K... bleiba sy der
Gneipfa bitte f... Ma...*

O Arquivo Histórico de Joinville: reflexões sobre o projeto de digitalização do acervo de projetos arquitetônicos

Giane Maria de Souza [1]

Dinorah Luísa Melo Rocha Brüske [2]

Leandro Correia Brier [3]

Fernanda Pirog Oçoski [4]

Resumo

O presente artigo se propõe a refletir sobre as necessidades de digitalização dos múltiplos acervos do Arquivo Histórico de Joinville e, ao mesmo passo, problematizar a implantação do Projeto Arquitetura urbana de Joinville: conservação e difusão da série documental “Projetos Arquitetônicos” do Fundo Poder Executivo (1917-1971), custodiados pelo Arquivo Histórico de Joinville/AHJ (Primeira etapa)”, contemplado pelo Edital Elisabete Anderle/2019, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) na modalidade Patrimônio cultural Restauração e Conservação. Metodologicamente este trabalho se divide em duas seções, a primeira analisa o campo arquivístico, seus potenciais e suas dificuldades a partir da organização institucional e legal do AHJ e documentos norteadores. Além de discorrer sobre o Projeto Arquitetura Urbana e suas ações, refletindo a prática arquivística e as necessidades e potencialidades do acervo do AHJ. A segunda seção se destina a refletir sobre a Exposição Arquitetura Revisitada como uma ação de educação patrimonial e difusão cultural, imprescindível para o diálogo social do arquivo com a sociedade. O artigo, enfim, contribui para a reflexão do campo arquivístico, sobretudo, sobre a importância dos processos de digitalização e acesso aos documentos arquivísticos.

Palavras-chave: Arquivo Histórico de Joinville. Patrimônio Arquivístico. Projetos Arquitetônicos. Difusão arquivística.

[1] Doutora em História pela UFSC e educadora do AHJ;

[2] Mestre em Geografia Urbana pela UFSC, arquiteta e urbanista no AHJ;

[3] Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Uniasselvi, assistente cultural do AHJ;

[4] Estudante de arquivologia pela Uniasselvi e de História pela Uninter, assistente cultural do AHJ.

O artigo completo pode ser conferido no link do livro: <https://aaesc.org.br/publicacoes/>



Livro

A função social da Arquivologia na contemporaneidade.

Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina

2022

Seção 1

O planejamento, a implementação e o uso de tecnologias da informação na gestão de documentos e de arquivos nos processos de transformação digital;

Seção 2

A função social e política dos arquivos e arquivistas na contemporaneidade;

Seção 3

Interlocuções entre teorias, métodos, técnicas e a prática na gestão de documentos e arquivos.

Clique aqui e acesso ao material.

Digitalização, descrição, análise e disponibilização à pesquisa do acervo dos projetos arquitetônicos do Arquivo Histórico de Joinville

Giane Maria de Souza [1]

Dinorah Luísa Melo Rocha Brüske [2]

O artigo "Digitalização, descrição, análise e disponibilização à pesquisa do acervo dos projetos arquitetônicos do Arquivo Histórico de Joinville" de autoria de Giane Maria de Souza e Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske foi publicado no Cadernos NAUI do Curso de Antropologia Social da UFSC. Apresentado no Congresso organizado pela International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), em 2021, Yucatán, México, em um Painel intitulado "Patrimônio local e global em tempos de pandemia", organizado pelas professoras Monica Rotman (UBA) e Alicia Norma González de Castells (UFSC).

Confira o artigo e a edição completa do Caderno Naui no link

<https://nauui.ufsc.br/cadernos-nauui/edicaoatual/edicao-atual-vol11-n21-jul-dez-2022/>

Resumo

O artigo reflete a articulação entre o patrimônio arquitetônico e o arquivístico em suas imbricações locais e globais, no contexto pandêmico da Covid-19, a partir do trabalho técnico desenvolvido no Arquivo Histórico de Joinville/AHJ (município de Santa Catarina, sul do Brasil). Foram utilizados os relatos de experiência nos processos de digitalização, análise, descrição e disponibilização virtual do acervo. Pretende-se focar as estratégias de pesquisa sobre o patrimônio nos campos da história e da arquitetura e urbanismo, sob uma perspectiva multidisciplinar de organização, análise e descrição arquivística para a salvaguarda do patrimônio.

Palavras-chave: Arquivo Histórico de Joinville; acesso à informação; história; arquitetura.

[1] Doutora em História pela UFSC e educadora do AHJ;

[2] Mestre em Geografia Urbana pela UFSC, arquiteta e urbanista do AHJ;

Teses e dissertações de pesquisadores do AHJ



Leituras matutinas : modernidade, utopias e heterotopias na Imprensa Joinvilense (1951-1980)

Clóvis Gruner [1]

Resumo: O objetivo desse trabalho é acompanhar a modernização urbana de Joinville, principalmente as mudanças provocadas nas sensibilidades e sociabilidades dos joinvilenses, sob a perspectiva de uma história dos marginais. Partimos do seguinte problema: é uma utopia, a de construir uma cidade moderna e progressista, mas também moral e espacialmente "higienizada", que sustenta, justifica e legitima a "modernização". O revés desta utopia não tarda a aparecer, o aumento das "margens", sejam elas geográficas ou simbólicas, que desestabilizam, de dentro, as aspirações utópicas das elites locais. Inspirados tanto em Benjamin, quanto em Foucault, procuramos "ler a história a contrapelo" para tornar visíveis suas dispersões e descontinuidades. Utilizamos como fonte privilegiada a imprensa, buscando analisar, em seus discursos, as representações da modernidade e o seu avesso - o aumento nos índices de violência, por exemplo. Outras fontes utilizadas, especialmente aquelas oriundas do poder público, permitiram estudar as tentativas das autoridades de restabelecer, guardar e manter a ordem urbana, respondendo as insistentes reivindicações da imprensa. Ao longo desse percurso, foi possível olhar a cidade como um espaço polifônico, cenário de tensões e de lutas, de contradições e conflitos. De histórias plurais. Palavras-chaves: imprensa, modernidade, marginais.

Palavras-chave: Imprensa - Joinville (SC). História. Modernismo. Joinville. Urbanização. Marginalidade social.

Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27087>

[1] Doutor em História e professor da UFPR.

Pesquisa em Evidência

03/12 | SÁBADO | 10H
PESQUISA EM EVIDÊNCIA

Imigração, Inclusão e Cidadania: Ações Contra a Xenofobia.

-Angela Maria Vieira | Professora de história formada pela UNIVILLE, com especialização em: História do Brasil e História Cultural. Atualmente cursa história da hrte na Casa da Cultura. Vencedora de dois Prêmio Nacionais: Educador Nota Dez em 2014 com o Projeto: "Os Guardiões dos Sambaquis" concedido pela Fundação Victor Civita e 2019 com o projeto: "Imigração, Inclusão e Cidadania: Ações contra a Xenofobia", concedido pelo Portal Educacional Porvir e pelo IBFE.

A ocupação nos jornais: o controle operário na Cipla/Interfibra e a repercussão na mídia joinvilense - 1996 a 2007.

-Francisco L. de Aviz Neto | Professor de História, graduado em História na Universidade da Região de Joinville / UNIVILLE e mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade

O não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal A Notícia.

-Juliane Guerreiro | Jornalista, graduada em Comunicação Social - Jornalismo pelo Bom Jesus/IELUSC. Especialista em Direitos Fundamentais e políticas públicas pela Associação Catarinense de Ensino.

Av. Hermann August Lepper, 650 - Saguapu



A Ocupação nos jornais: o controle operário na Cipla/Interfibra e a repercussão na mídia joinvilense

- 1996 a 2007

Francisco L. de Aviz Neto [1]



Fonte: Autor

Entre 01 de novembro de 2002 e 31 de maio de 2007 os operários plásticos de Joinville/SC realizaram uma ação histórica para a classe trabalhadora brasileira: a ocupação das fábricas Cipla e Interfibra. Esse processo emerge na história joinvilense com o intuito da salvação dos empregos em duas fábricas que estavam em falência, devendo salários e na emergência da paralisação da produção. O estabelecimento do controle operário sobre a produção, a luta pela estatização e a organização da fábrica expressam-se como eventos marcantes para o proletariado nacional e latino-americano, visto que transformou-se em um movimento de grandes proporções, conectando trabalhadores de todo o continente, totalizando 35 ocupações, sob a mesma bandeira revolucionária do poder produtivo e político aos produtores das riquezas sociais. Especialmente na Cipla e Interfibra, a ocupação teve seu fim com a intervenção federal, com a permissão do governo Lula (PT), em 31 de maio de 2007, realizada pela invasão de 150 policiais federais armados, ameaçando os trabalhadores e, principalmente, a direção do controle operário.

[1] Mestrando em Patrimônio cultural e sociedade na Univille.

Este, portanto, é o cenário e contexto histórico procurados no Arquivo Histórico de Joinville. Diante de algumas produções já realizadas sobre o tema, especialmente por personagens políticos envolvidos nas ocupações, obteve-se como foco de pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville a produção da imprensa local quanto aos eventos. Isto é, buscou-se materiais referentes aos antecedentes das ocupações, bem como durante os anos de gestão proletária e a repercussão ulterior à invasão federal. A realização deste trabalho no AHJ auxilia na produção da dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, a qual objetiva-se a problematização do patrimônio industrial e a formação de uma memória operária quanto essa práxis efetiva da classe trabalhadora joinvilense. Dá-se luz, a partir destes exemplos recentes e locais, para a demonstração, na atualidade, da possibilidade real do controle operário da produção social. Incluído neste sentido, a relevância da pesquisa e registro dos discursos jornalísticos sobre o tema, pois, sendo esta uma fundamental formadora de opinião e geração de ideologia, a imprensa burguesa possui papel crucial no entendimento, concordância ou discordância que a sociedade terá de mobilizações populares como esta em Joinville, na primeira década do século XXI. Assim, foram pesquisados os jornais A Notícia e Diário Catarinense, tanto nas edições de jornais encadernadas, quanto no envelope de recortes intitulado pelo Arquivo Histórico “Cipla/Interfibra/Ambalit – Grupo Hansen (1)”. Realizamos registros fotográficos de cada matéria encontrada que relaciona-se como tema proposto, sendo a matéria mais antiga do dia 16 de maio de 1996, do Diário Catarinense, onde a manchete diz: “Sem dinheiro - Ex-empregados da Cipla protestam”, do jornalista Fabrício Minussi (seção Economia, p. 21), até o jornal dos dias 02 e 03 de junho de 2007, onde na capa do jornal A Notícia Cidade trazia o título “A Cipla é viável?”, assinada por Marco Aurélio Braga. Foram, ao todo, 37 matérias encontradas, alternando entre rápidas notas até extensas reportagens que expressam o posicionamento dos jornais diante das problemáticas das ocupações. Além destas fontes, os pesquisadores nutrem sua pesquisa com produções já realizadas. Desta maneira, busca-se realizar um diálogo com a juventude e os trabalhadores sobre suas próprias histórias de luta e resistência, em âmbito local, que, por vezes, desconhecem, mesmo sendo, historicamente, um evento recente.

Memória do Boletim



A Imperial Estrada Dona Francisca

Elly Herkenhoff [1]

O ano de 1858, marca o início de uma fase decisiva na história do desenvolvimento econômico, social, político e cultural, não apenas de Joinville mas de toda uma vasta região que abrange o norte catarinense, desde o Litoral ao Planalto – até mesmo a sua hinterlândia – e grande área do sul da então província do Paraná.

Em março daquele ano se iniciaram aqui, na Colônia Dona Francisca, as obras do traçado – definitivo e irreversível – da Estrada da Serra ou Estrada Dona Francisca, conforme foi mais tarde denominada.

O plano para a construção de uma estrada partindo de Joinville em direção ao Planalto, nasceu com a chegada dos primeiros colonizadores, antes mesmo de 9 de março de 1851. E as primeiras tentativas concretas para rasgar a floresta virgem e atingir os “montes azuis”, datam de 1852, quando o agrimensor Carl Pabst, incumbido pela Direção da Colônia, penetrou além da picada então já existente do “Mittelweg” (Caminho do Meio, hoje Rua 15 de Novembro) – enquanto outra via estava sendo aberta sob direção de Léonce Aubé, procurador do Príncipe de Joinville, partindo, não da área da Colônia, mas sim das terras então pertencentes ao Príncipe, na margem oposta do Rio Cachoeira.

É preciso não esquecer que a antiga colônia Dona Francisca foi fundada em terras cedidas pelo Príncipe à Sociedade Colonizadora de Hamburgo, para a instalação de uma colônia – limítrofe portanto, das propriedades do príncipe francês.

Um dos nossos primeiros cronistas, o Capitão Theodor Rodowicz-Oswiecimski que aqui viveu durante um ano, até junho de 1852, e que após o seu regresso à Alemanha, em 1853, publicou a preciosíssima obra “Die Kolonie Dona Francisca in Südbrasilien” (A Colônia Dona Francisca no Brasil Meridional), discorre, à página 76 do texto, sobre as dificuldades então existentes devido à falta de estradas, acrescentando:

Seriam bem diversas as perspectivas, se houvesse boas estradas para o interior, estradas por onde pudessem ser transportados mais os produtos para a Colônia, a fim de aqui serem armazenados e comercializados. Por este motivo, já se pensou seriamente na construção de uma estrada partindo da Colônia em direção a Curitiba. Os trabalhos preliminares já foram iniciados pelo procurador do Príncipe, assim como várias concessões foram feitas por parte do governo provincial, para facilitar a obra.

[1] Ex-historiadora do AHJ.

O traçado está sendo aberto na margem esquerda do rio Cachoeira, e continuará, atravessando o Cubatão Grande, o Cubatão Pequeno e Pirabeiraba, até Três Barras, de onde já parte um caminho em direção a Curitiba. No entanto, é duvidoso que a colônia possa alcançar a importância pretendida, mesmo com uma estrada realmente bem construída, uma vez que já existe a ligação entre Curitiba e o porto de Paranaguá, e não será fácil entrar em concorrência com aquele porto, que dispõe de amplo comércio. Mas, embora todas as esperanças da colônia não possam ser concretizadas com a construção de boas estradas para o interior, ela será bastante beneficiada com o trânsito bastante facilitado de animais de corte, constituindo-se assim o início dado pelo procurador de Sua Alteza Real, num fato promissor. A estrada terá a extensão de 15.000 braças até Três Barras...

E o embaixador suíço, Barão Jacob von Tschudi, que visitou Joinville em 1861 a convite do Governo Imperial, escreveu em sua grande obra intitulada "Reisen durch Südamerika" (Viagens pela América do Sul), à página 358 do volume III, dedicado ao Brasil:

A estrada da Serra, construída pelo Governo e que deverá ligar o Planalto da província do Paraná a esta parte da província de Santa Catarina, é de importância vital para Dona Francisca. O traçado vai da Colônia em direção Noroeste, encontrando a Serra do Mar.

Eu a visitei várias vezes, em boa e numerosa companhia, no trecho já concluído àquela época, na confluência dos rios da Prata e Cubatão, onde o Príncipe possui uma serraria. O projeto inicial previa um traçado bem mais ao Sul. No entanto, o Diretor da Colônia e procurador do Príncipe, conseguiu fazer com que fosse desviado, de modo a sair das terras da Sociedade Colonizadora pela reta mais curta e alcançar as terras pertencentes ao Príncipe.

É de se duvidar que tal modificação tenha sido feita nos reais interesses da Colônia. O fato é que o Príncipe tenciona aforar as suas terras – não vendê-las, mas apenas distribuí-las por aforamento aos colonos...

E Carlos Ficker, autor da "História de Joinville", abordando a mesma questão, à página 143 da sua obra, confirma:

"Existia – e podemos provar o fato com outros documentos – uma certa rivalidade entre o empreendimento colonial de Hamburgo e a administração dos bens de Sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville, na pessoa de Léonce Aubé..."

Mas, em 1858, quando Léonce Aubé, além de Procurador do Príncipe, exercia as funções de Diretor da Colônia, chegou-se a um entendimento, estabelecendo-se um traçado diferente dos anteriores para a monumental obra, então financiada pelo Governo Imperial.

“Os dois empreendimentos”, diz Carlos Ficker à página 142 de sua obra, “um separado do outro e financiados de um lado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo e do outro lado pelo Governo Imperial, culminaram com a fusão dos interesses da Colônia e dos interesses particulares de Léonce Aubé, com o início das obras da Estrada Dona Francisca, em 8 de março de 1858. Esse terceiro traço, completamente diferente dos anteriores e com subida ao planalto no vale do Rio Seco, deve-se às explorações incansáveis do engenheiro August Wunderwald, que em 1853 assumirá o cargo de geômetra e agrimensor na Direção da Colônia.

O picadão construído por Léonce Aubé nunca resolveu o problema de fácil comunicação com o Planalto, pois a Estrada de Três Barras nunca passará, não obstante os esforços da Presidência da Província, de um caminho péssimo, em que as cargas nos trechos da Serra, eram conduzidos às costas pelos tropeiros. Assim, essa estrada somente poucos anos serviu às necessidades da Colônia. Resolveu o Governo Imperial, em 1854, o financiamento de nova estrada, subvencionado a construção com dois contos de réis, com supervisão de um engenheiro brasileiro.

Mostraram as primeiras explorações em direção Oeste, feitas por Carl Pabst e August Wunderwald, serem verdadeiras odisséias e penosíssimas as explorações através das florestas serradas e serras íngremes, dada a impossibilidade da subida ao planalto nas encostas verticais da Serra Geral nessa direção.

Começaram, assim, as primeiras penetrações em direção Noroeste, subindo o vale do Rio Cubatão, aproveitando o primeiro trecho da então já terminada picada de Aubé.

Finalmente, em fins de 1854, August Wunderwald encontrou a subida definitiva no vale do Rio Seco, pequeno afluente do Rio Cubatão. A construção da Estrada Dona Francisca, em direção ao Rio Negro, com a extensão de 156 quilômetros, vencendo os obstáculos da Serra Geral, levou quase 30 anos, custou aos cofres do Governo Imperial, mais de 600 contos de Réis e foi motivo de agitados acontecimentos e divergências entre a Colônia e o Governo por motivos financeiros, políticos e técnicos durante quase meio século. A célebre “Questão de Limites” entre as províncias e depois Estudos de Santa Catarina e Paraná, foi consequência direta da construção dessa Estrada.”

E, com o início das obras, um clima de euforia apoderou-se de toda a Colônia. Além das perspectivas que se abriram para o futuro, as obras significavam maiores possibilidades de trabalho com salário compensador, para um grande número de imigrantes, artífices das mais variadas especialidades ou trabalhadores braçais ou ainda lavradores estabelecidos ao longo dos caminhos já existentes na Colônia, lavradores que, diante da oferta tentadora, abandonavam, temporariamente, o sítio, deixando-o aos cuidados da mulher e dos filhos menores. Deste modo, a construção da Estrada da Serra foi, durante anos, durante décadas, o ganha-pão de milhares de imigrantes e filhos de imigrantes, apesar das frequentes e prolongadas interrupções das obras, por falta de verba, no decorrer do tempo.

Conforme o depoimento de Josef Zipperer, um dos pioneiros da colônia São Bento, fundada em 1873, o ganho diário era de 1\$200. “Durante dois dias, nós, os imigrantes, tivemos alimentação gratuita”, diz Josef Zipperer, relatando a chegada do seu grupo a Joinville, em dezembro daquele ano.

O tráfego entre o Paraná e Santa Catarina, enormemente
acrescido após a conclusão da estrada, o intercâmbio de mercadorias
entre o Planalto e o Litoral até o porto marítimo, efetuava-se sem que
ele, o núcleo, pudesse realmente participar, porque se localizava
longe da Estrada Real...”

Em abril de 1874 o engenheiro Eduardo J. de Moraes foi
transferido para o Paraná e o “Kolonie-Zeitung” lamentando a sua
partida, noticiava ao mesmo tempo a chegada do novo diretor das
obras, engenheiro Etienne Douat, que ficaria a testa da construção
durante os seguintes seis anos.

Mas, em seguida foi preciso procurar trabalho para os homens e ganhar dinheiro, enquanto as mulheres e as crianças ainda permaneciam no galpão dos imigrantes. No quilômetro 33 da Estrada da Serra em construção, encontramos o trabalho desejado, com operários, ganhando \$200 por dia...

Um comentário no “Kolonie-Zeitung” (Jornal da Colônia), de 19 de março de 1870, diz da ansiedade de toda a população em face do deplorável estado de coisas:

Esperávamos que as obras da Estrada da Serra – imprescindível para o nosso intercâmbio com o Planalto – continuasse em ritmo acelerado e no entanto a construção foi completamente paralisada e até mesmo os consertos, tão necessários foram abandonados. A estrada nunca esteve tão arruinada, como agora. Muitas pontes danificadas, grandes buracos em muitos lugares, e na continuação do traçado, não há quem consiga passar. Tropas de mulas, descendo ou subindo, tiveram de voltar, porque o trecho entre o Alto da Serra e a Encruzilhada, tornou-se, por assim dizer, intransitável. A pavimentação de troncos, recentemente aplicada, de nada adiantou, mas ao contrário, ainda piora o mal porque os troncos são curtos demais, e quando pisados de mal jeito pelas mulas, saltam para cima, batendo contra o corpo dos animais. Estamos sempre na expectativa de melhora da atual situação, mas parece até que se pretende deixar a estrada paralisada. E no entanto, ela é tão importante não apenas para Dona Francisca, mas também para a população ao longo da margem esquerda do Rio Negro! Ainda bem recentemente, por iniciativa do Capitão Pinto, de Campo Novo, uma petição foi dirigida ao Governo, requerendo o reinício imediato das obras. Igualmente estão na expectativa, os comerciantes Rosa Ribeiro e outras firmas de São Francisco, que já mandaram vir a aparelhagem para a instalação de um grande engenho de erva-mate na Encruzilhada. Tomara que – enfim – se leve em consideração os interesses desta parte da Província!...

E no mesmo número, outra notícia:

Com a paralisação total das obras públicas, é compreensível que os colonos mais pobres procurem fora o serviço de que precisam para o seu sustento. Mais de 100 dos nossos colonos já estão trabalhando na Estrada Graciosa, na Província do Paraná e pelo próximo vapor 30 operários robustos sairão daqui para a província de São Paulo, a fim de ali procurarem serviço na construção da estrada de ferro. Seria mil vezes preferível que esses trabalhadores empregassem as suas forças aqui, na Colônia!...

Mas, já no número seguinte, dia 26 de março, o “Kolonie-Zeitung” noticiava euforicamente:

Novas perspectivas: Com a volta do atual diretor das obras da Estrada da Serra, engenheiro Ignácio Magalhães, a situação por nós ventilada em nosso número anterior, se modificou bastante, uma vez que os trabalhos na estrada foram reiniciados e como – além dos 5 contos de réis trazidos – mais 60 contos foram concedidos por parte do Governo para o presente exercício, temos motivos para esperar que daqui para a frente as obras continuem sem interrupção, ainda mais que agora é desejo do Governo, estabelecer o ponto terminal – ou Rio Negro ou Curitiba...

No entanto, uma notícia do “Kolonie-Zeitung” de 1 de março de 1873, nos leva a concluir que as coisas continuavam não indo às mil maravilhas, apesar da euforia dos catarinenses diante dos cinco contos trazidos e dos sessenta contos concedidos pelo Governo, para o exercício daquele ano de 1870...O referido número do “Kolonie-Zeitung” reproduz um relatório publicado no ano anterior – em 1872 – pelo diretor das obras, engenheiro Eduardo José Moraes, com a finalidade de chamar a atenção do Governo sobre a importância da Estrada e da necessidade absoluta de aumento de verbas para a sua continuação.

O engenheiro, muito elogiado pelo jornal, defendia o prolongamento da Estrada, de Joinville até a Lagoa de Sagaçú, com uma extensão total de 15 quilômetros, e lembrava que por Rio Negro passa a Estrada da Mata, que vem do Rio Grande e vai em direção a São Paulo...

Em 1873 a Sociedade Colonizadora de Hamburgo adquiriu uma grande área de terras à margem do Arroio São Bento, com a finalidade de localizar imigrantes da Europa Central, os quais chegaram em setembro daquele ano.

Wolfgang Ammon, autor da “Crônica de São Bento”, editada em 1923, por ocasião do 50º aniversário da cidade, escreve à página 124 o seguinte:

Foi uma fatalidade para São Bento, não se ter seguido, quando da construção da estrada Dona Francisca, no trecho acima da Serra, o traçado aberto pelo engenheiro August Wunderwald, a qual atingia o núcleo pela estrada Bismarck e dali continuando pela estrada Rio Negro, corria em direção ao Rio Negro. A Estrada Rio Negro já recebeu este seu nome quando foi aberta pelo engenheiro Wunderwald e representava a continuação planejada pelo engenheiro, da Estrada da Serra. Por quaisquer razões – possivelmente em atenção às terras do Príncipe – modificou-se o traçado da estrada Dona Francisca, desviando-o para a direita, com isso deixando o núcleo de São Bento vários quilômetros à margem da grande estrada. O tráfego entre Paraná e Santa Catarina, enormemente acrescido após a conclusão da estrada, o intercâmbio de mercadorias entre o planalto e o litoral até o porto marítimo, efetuava-se sem que ele, o núcleo, pudesse, realmente, participar, porque se localizava longe da estrada real...

Em abril de 1874 o engenheiro Eduardo J. de Moraes foi transferido para o Paraná e o “Kolonie-Zeitung” lamentando a sua partida noticiava ao mesmo tempo, a sua partida, a chegada do novo diretor das obras, engenheiro Etienne Douat, que ficaria a testa da construção durante os seguintes seis anos.

Fonte: HERKENHOFF, Elly. A Imperial Estrada Dona Francisca. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Jlle. vol.1, n. 5, jun. 1984.

O Arquivo e a cidade



Uma comunidade quilombola em Joinville

Giane Maria de Souza [1]

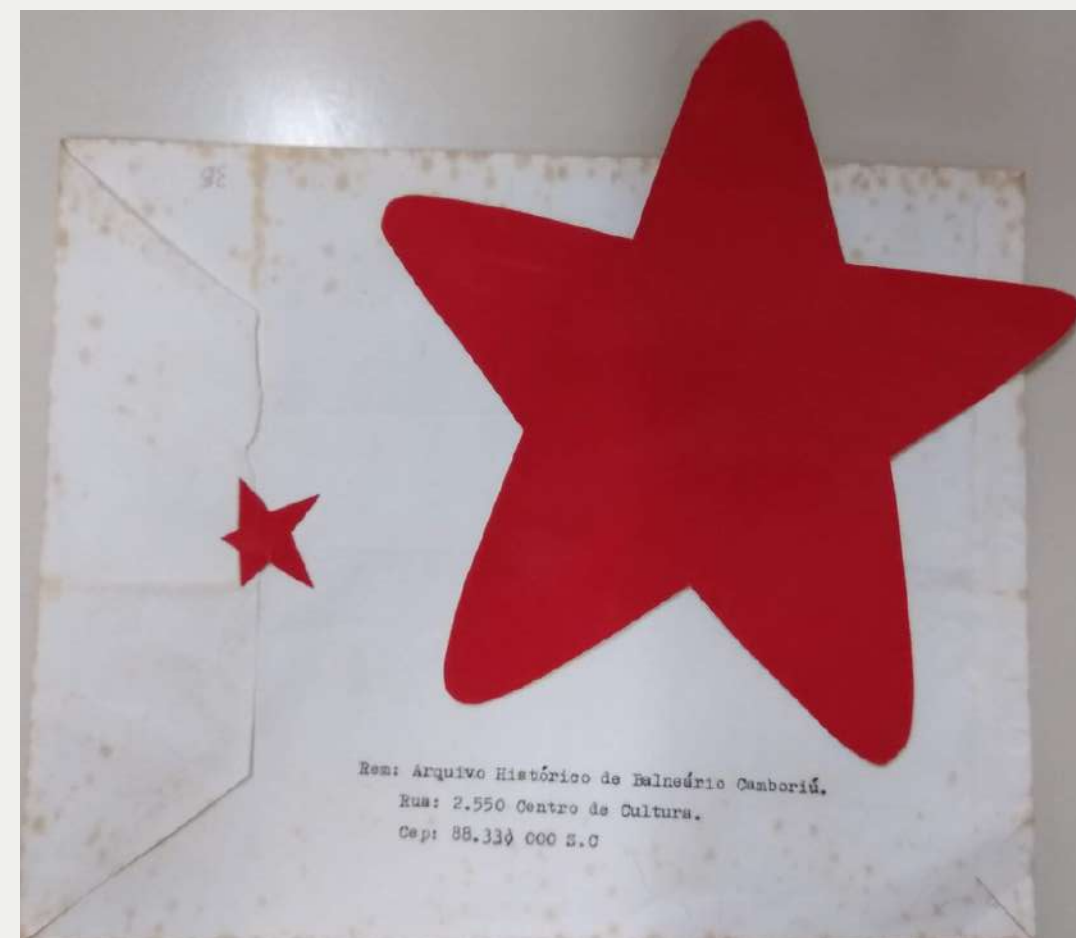
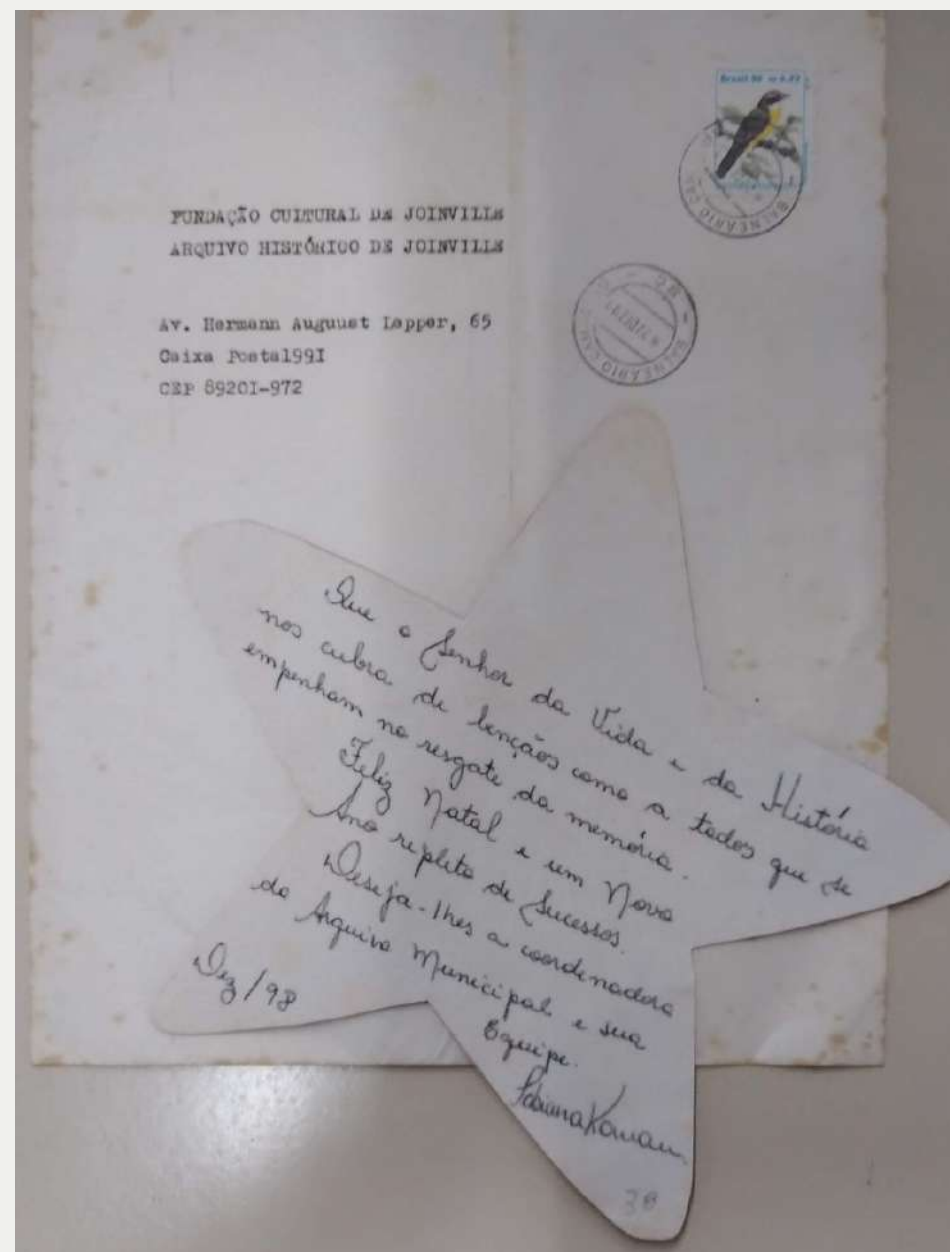


Fonte: Giane Maria de Souza

Olívio Cristino, nasceu no Ribeirão do Cubatão, Distrito de Sahy Mirim, São Francisco do Sul, dia 17 de abril de 1949. Filho de Maximiano Leopoldino e Maria da Graça Leopoldino, cujo casal teve seis filhos. Olívio teve duas uniões estáveis, mas está solteiro. Boa praça, bom sorriso, é uma pessoa alegre e feliz. Viveu e cresceu em Joinville, mas morou em outros lugares, chegou a viver em Curitiba e em Piçarras, mas sempre retornou às suas origens. Olívio é chamado pelos familiares e vizinhos como Tino. Gosta de trabalhar com entalhes na madeira, onde grava nomes das pessoas, faz molduras, frases, dizeres bíblicos e pequenos entalhes estéticos. Trabalhar com artesanatos é uma grata missão, mas sua maior paixão anuncia é a "vida, Deus, e a família". É poeta, músico e compositor. Lembra saudoso que já ganhou uma homenagem na década de 1980, em um concurso, no qual ficou em segundo lugar no Museu Sambaqui no dia do professor, recorda com uma música, cuja composição homenageou os professores com o curioso título "Profissão ingrata". Olívio justificou que quando trabalhou no Colégio Gustavo Gonzaga sentia que alguns pais dos alunos eram insensíveis aos dramas dos professores, outros não, por isso, o título da canção foi inspirado na labuta do professor. Todas as suas músicas são escritas à mão. Não faz ideia de quantas foram escritas. Olívio reside na comunidade do Ribeirão do Cubatão que recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares há três anos o reconhecimento de território remanescente de quilombo. Existem dois territórios em Joinville e três na região da grande Joinville. As escolas, grupos, coletivos e universidades estão visitando a comunidade quilombola para conhecer a cultura afrodescendente. Uma das preocupações da comunidade é criar um espaço com infraestrutura adequada para recepcionar os escolares para o atendimento de público, sobretudo, para conhecer e vivenciar o cotidiano dos moradores, não como uma experiência turística, mas uma experiência antropológica, educativa, onde todos aprendem e trocam saberes e experiências uns com os outros. Olívio é um assíduo pesquisador do AHJ e um bom contador de histórias e memórias sobre a cidade de Joinville.

[1] Doutora em História pela UFSC e educadora do AHJ.

Por dentro do Acervo



Acervo de Cartões de Natal e felicitações de
Ano Novo ao AHJ!

Cartão enviado pelo Arquivo Histórico de
Balneário Camboriú ao AHJ em 1998.

Envelope medindo 20,5 cm x 25,5 cm e cartão
em formato de estrela 19 cm x 15,5 cm de papel
ofício com colagem em camurça vermelho.

Aconteceu na Cidade

Para refletir!

Há um respeito relatado entre o conhecimento tradicional da mestra parteira dona Leopoldina com o médico Carlos Funke.

Você conhece exemplos de respeito mútuo entre representantes de conhecimentos tradicionais e representantes de conhecimentos científicos?

Dona Leopoldina é parteira e benzedeira, no bairro em que você mora existem mestres populares parteiras e benzedeiras?

Existem mulheres que benzem para curar cobreiros, quebrantos, arcas caídas, etc. Você já foi benzido?

Dona Leopoldina reclama que sofreu preconceito e foi discriminada e muitas vezes chamada de bruxa por exercer o dom do benzimento. Por que as pessoas rotulam e discriminam as religiosidades e as formas de expressão da cultura popular?

Você já ouviu falar sobre outras formas de preconceitos contra mulheres pobres e pretas como dona Leopoldina?



Expediente

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville
Vol. XVI, n. 21, jul., ago., set., 2022
ISSN 14133434

Prefeitura Municipal de Joinville
Adriano Bornschein Silva
Prefeito

Rejane Gambin
Vice-Prefeita

Secretaria de Cultura e Turismo
Guilherme Augusto Gassenferth
Secretário de Cultura e Turismo

Francine Olsen
Diretora Executiva

Roberta Meyer Miranda da Veiga
Gerente de Patrimônio e Museus

Arquivo Histórico de Joinville

Dilney Fermino Cunha
Coordenador

Corpo Funcional

Amauri de Oliveira Prado
Ana Rita Uliano da Silva
Arselle de Andrade da Fontoura
Cátia Regina Hodecker
Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske
Ednilson Nilton Cestrem
Elisangela da Silva
Fernanda Pirog Oçoski
Francisco Severino dos Santos
Gabriel Pavesi Goudard
Gerson Luiz Santana
Giane Maria de Souza
Janice Garcia
Leandro Brier Correia
Marinês de Souza Balin
Nelson Berndt
Nívea Giovanella Reinert
Rodrigo Boçoen
Thainá Camila Tambosi

Organização, coordenação, editoração e diagramação do Boletim

Giane Maria de Souza

Revisão do Boletim

Giane Maria de Souza
Nelson Berndt

Endereço do AHJ

Av. Hermann A. Lepper, 650, Saguazu
CEP: 89221-005

Telefones: (47) 3422-2154 ou (47) 3422-2329
E-mail: arquivohistorico@joinville.sc.gov.br

Aceitamos críticas, sugestões e envio de propostas, matérias e artigos, agendamentos de visitas e pesquisas.
Participe!



Prefeitura de
Joinville

CULTURA E
TURISMO